

Notas Explicativas

1. Informações Gerais

- 1.1.** O Estado do Rio Grande do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 87.934.675/0001-96, com sede administrativa na Praça Marechal Deodoro s/n, teve suas atividades no exercício de 2019 amparadas pelas disposições da Lei Estadual nº 15.237, de 21 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis que autorizaram a abertura de créditos adicionais durante o exercício de 2019, que também dispuseram acerca dos orçamentos das Autarquias e Fundações do Estado.
- 1.2.** As ações do Estado são agrupadas nas seguintes funções de governo previstas na Portaria Ministerial 42, de 14 de abril de 1999: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços, Comunicações, Energia, Transporte, Desporto e Lazer e Encargos Especiais. Essas funções representam o maior nível de agregação das áreas de atuação do setor público estadual.
- 1.3.** O Balanço Geral do Estado é apresentado de forma consolidada, incluindo, além da Administração Direta do Estado, suas Autarquias e Fundações. As Demonstrações Contábeis Consolidadas são elaboradas pelo processo de agregação dos saldos contábeis das referidas entidades, excluindo-se as transações e saldos existentes entre elas, conforme notas explicativas de consolidação (nota explicativa 36). O conjunto completo das Demonstrações Contábeis Consolidadas é composto pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e pelas Notas Explicativas. Todas as demonstrações são elaboradas com base no sistema FPE (Finanças Públicas do Estado) e referem-se ao exercício de 2019, comparativamente a 2018, refletindo o registro dos atos e dos fatos da administração direta dos três Poderes e do Ministério Público do Estado, bem como das Autarquias e Fundações vinculadas ao Estado.

2. Políticas e Procedimentos Contábeis e Orçamentários

- 2.1.** O registro contábil dos atos e fatos que promovem alterações qualitativas ou quantitativas, efetivas ou potenciais, no patrimônio do Estado é realizado com base no Plano de Contas Estendido, estruturado em consonância com a Parte IV da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), aprovado pela Portaria 877-2018 da Secretaria do Tesouro Nacional. As demonstrações contábeis do Estado, por sua vez, são estruturadas a partir dos modelos estabelecidos na Parte V do referido Manual.
- 2.2.** A classificação dos elementos patrimoniais considerando a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, está em conformidade com o estabelecido nos itens 70 a 75 da NBC TSP 11, sobre as Demonstrações Contábeis. Adicionalmente, para fins de cumprimento do Art. 105 da Lei nº 4.320-1964, os totais dos ativos e passivos – financeiros e permanentes –, além do saldo patrimonial, são apresentados em quadro destacado no Balanço Patrimonial. Tal classificação leva em conta a dependência ou não de autorização legislativa para a realização dos ativos e amortização ou resgate dos passivos.
- 2.3.** A inscrição de restos a pagar não processados ocorre tão somente em contas das classes de Controle da Aprovação e Execução do Orçamento, sem efeito, pois, no Passivo de natureza patrimonial. Assim, a conciliação entre o total do Patrimônio Líquido, demonstrado no Balanço Patrimonial, e o Saldo Patrimonial, evidenciado em quadro destacado do mesmo demonstrativo, é assim apresentada:

	2019	2018
Patrimônio Líquido	(68.267.682.143,40)	(62.129.914.762,85)
Restos a Pagar Não Processados - Saldo de Exercícios Anteriores	(260.193.794,11)	(163.511.893,73)
Restos a Pagar Não Processados - Inscrição no Exercício	(1.052.595.559,84)	(1.064.192.946,01)
Saldo Patrimonial	(69.580.471.497,35)	(63.357.619.602,59)

2.4. Registro em contas de controle, de natureza não patrimonial, conforme nota explicativa 32.

2.5. Os riscos de recebimento de créditos inscritos em Dívida Ativa são reconhecidos em conta de ajuste – redutora de Créditos a Longo Prazo, no subgrupo Realizável a Longo Prazo (nota explicativa 16). O montante de créditos com essa natureza, cujo recebimento é esperado para o ano de 2020, foi registrado em Créditos a Curto Prazo, no Ativo Circulante (nota explicativa 12).

2.6. Por força do disposto nas Portarias Interministerial STN/SOF nº 163-2001 e STN nº 339-2001, o Passivo da Administração Direta não registra os seguintes valores:

- a) R\$ 220.341.852,18 a repassar às Autarquias e Fundações, referentes a despesas efetuadas à conta de recursos do Tesouro, inclusive vinculados, cujos empenhos foram liquidados até 31-12-2019; e,
- b) R\$ 70.397.857,60 referentes a despesas efetuadas pelas Autarquias e Fundações, à conta de recursos do Tesouro, inclusive vinculados, cujos empenhos não foram liquidados até 31-12-2019.

Como as entidades da Administração Indireta também não registram o ativo decorrente dos repasses a serem realizados pela Administração Direta, não há efeito no Balanço Patrimonial Consolidado.

2.7. Em atenção ao disposto na cláusula nona, inciso IV, letra b, do Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 12.2.0085.1, de 25-4-2012, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - e o Estado, alterada pelo Aditivo nº 02, de 12-12-2013, apresenta-se a seguir o demonstrativo do Resultado Primário do exercício de 2019.

RESULTADO PRIMÁRIO	
Receitas Correntes (I)	53.870.407.683,51
Aplicações Financeiras (II)	449.541.963,20
Outras Receitas Financeiras (III)	-
Receitas Primárias Correntes (IV) = (I - II - III)	53.420.865.720,31
Receitas De Capital (V)	839.694.661,69
Operações de Crédito (VI)	191.868.025,31
Amortização de Empréstimos (VII)	27.465.240,06
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	4.624.489,31
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	49.259.692,42
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	-
Receitas Primárias De Capital (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	566.477.214,59
Receita Primária Total (XII) = (IV + XI)	53.987.342.934,90
Despesas Correntes (XIII)	52.662.396.525,14
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	360.278.251,03
Despesas Primárias Correntes (XV) = (XIII - XIV)	52.302.118.274,11
Despesas De Capital (XVI)	1.554.238.928,68
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	11.307.969,79
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	-
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	-
Amortização da Dívida (XX)	527.088.675,26
Despesas Primárias De Capital (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	1.015.842.283,63
Reserva De Contingência (XXII)	-
Despesa Primária Total (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	53.317.960.557,74
Resultado Primário - Acima Da Linha (XXIV) = (XII - XXIII)	669.382.377,16

Na 16ª Revisão do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), celebrada em outubro de 2019, o Estado foi dispensado da fixação de meta para o Resultado Primário, referente ao exercício de 2019, em virtude das negociações do Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

- 2.8.** Reapresentação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2018: Com o objetivo de eliminar saldos escriturais que impactam a situação de caixa do Estado, foi modificada a política contábil relacionada a apresentação das disponibilidades financeiras centralizadas no SIAC (caixa único do Estado). A escrituração do SIAC envolve as contas do Ativo Circulante, de Caixa e Equivalente de Caixa e de Créditos a Curto Prazo; e do Passivo Circulante, de Demais Obrigações a Curto Prazo, sendo que essa última registra o Passivo da Administração Direta com as entidades da Administração Indireta, em decorrência das aplicações realizadas por elas no Caixa Único do Estado, bem como o montante historicamente utilizado das diversas aplicações realizadas no sistema. Em decorrência disso, o Caixa e Equivalente de Caixa e os Créditos a Curto Prazo, até o exercício de 2018, sempre foram apresentados com os saldos escriturais do SIAC, enquanto o valor resgatado, que deve ser considerado para apuração do saldo disponível, era apresentado no passivo. A partir das Demonstrações Contábeis de 2019, o saldo do SIAC será apresentado no Caixa e Equivalente de Caixa pelo valor líquido, deduzindo-se os valores resgatados que estão originalmente registrados no passivo. Para fins de comparabilidade, reapresenta-se a seguir as Demonstrações Contábeis de 2018 que foram impactadas pela mudança de política contábil:

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO			
	2018		2018
	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.542.263.683,40	(6.671.564.262,72)	2.870.699.420,68
Créditos a Curto Prazo	27.910.337.873,13	(11.439.484.204,05)	16.470.853.669,08
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	1.878.272.686,31		1.878.272.686,31
Estoques	176.722.245,78		176.722.245,78
Imobilizado Mantido para Venda	17.042.450,93		17.042.450,93
Total do Ativo Circulante	39.524.638.939,55	(18.111.048.466,77)	21.413.590.472,78
Ativo Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo	11.552.398.626,75		11.552.398.626,75
Créditos a Longo Prazo	11.539.109.598,43		11.539.109.598,43
VPD pagas antecipadamente	13.289.028,32		13.289.028,32
Investimentos	12.334.783.552,17		12.334.783.552,17
Imobilizado	9.471.671.964,54		9.471.671.964,54
Intangível	15.590.856,81		15.590.856,81
Total do Ativo Não Circulante	33.374.445.000,27		33.374.445.000,27
TOTAL DO ATIVO	72.899.083.939,82	(18.111.048.466,77)	54.788.035.473,05
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	3.766.342.523,81		3.766.342.523,81
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	7.820.606.770,46		7.820.606.770,46
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.907.804.963,56		2.907.804.963,56
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	51.441.340,67		51.441.340,67
Obrigações de Repartição a Outros Entes	178.594.674,78		178.594.674,78
Provisões a Curto Prazo	-		-
Demais Obrigações a Curto Prazo	33.328.852.286,03	(18.111.048.466,77)	15.217.803.819,26
Total do Passivo Circulante	48.053.642.559,31	(18.111.048.466,77)	29.942.594.092,54
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	9.390.643.123,18		9.390.643.123,18
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	65.221.829.912,51		65.221.829.912,51
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.608.651.749,71		1.608.651.749,71
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	206.811.753,67		206.811.753,67
Provisões a Longo Prazo	10.137.633.401,27		10.137.633.401,27
Resultado Diferido	409.786.203,02		409.786.203,02
Total do Passivo Não Circulante	86.975.356.143,36		86.975.356.143,36
Patrimônio Líquido			
Resultados Acumulados	(62.129.914.762,85)		(62.129.914.762,85)
Total do Patrimônio Líquido	(62.129.914.762,85)		(62.129.914.762,85)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	72.899.083.939,82	(18.111.048.466,77)	54.788.035.473,05

BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO			
	2018		2018
	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
INGRESSOS			
Receita Orçamentária (I)	66.617.364.658,62		66.617.364.658,62
Ordinários	23.913.204.354,74		23.913.204.354,74
Vinculada	42.704.160.303,88		42.704.160.303,88
Educação	8.213.256.554,94		8.213.256.554,94
Saúde	5.046.616.217,02		5.046.616.217,02
Previdência	14.990.634.620,92		14.990.634.620,92
Transferências Obrigatórias de Outros Entes	346.104.400,88		346.104.400,88
Transferências Voluntárias de Outros Entes	283.639.540,76		283.639.540,76
Fundos Estaduais	13.532.485.771,69		13.532.485.771,69
Operações de Crédito	291.423.197,67		291.423.197,67
Transferências Financeiras Recebidas (II)	-		-
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	-		-
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	-		-
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	-		-
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	-		-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	65.939.543.247,91	(9.951.610.523,97)	55.987.932.723,94
Inscrição Restos a Pagar Processados	7.210.599.447,13		7.210.599.447,13
Inscrição Restos a Pagar Não Processados	560.880.537,98		560.880.537,98
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	52.443.786.922,36	(9.951.610.523,97)	42.492.176.398,39
Outros Recebimentos Extraorçamentários	5.724.276.340,44		5.724.276.340,44
Saldo do Exercício Anterior (IV)	20.527.494.177,84	(16.509.708.587,39)	4.017.785.590,45
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.726.743.117,29	(5.507.146.755,65)	2.219.596.361,64
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	12.800.751.060,55	(11.002.561.831,74)	1.798.189.228,81
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	153.084.402.084,37	(26.461.319.111,36)	126.623.082.973,01
DISPÊNDIOS			
Despesa Orçamentária (VI)	69.355.126.284,23		69.355.126.284,23
Ordinários	26.903.166.584,87		26.903.166.584,87
Vinculada	42.451.959.699,36		42.451.959.699,36
Educação	8.346.700.823,84		8.346.700.823,84
Saúde	4.981.033.730,76		4.981.033.730,76
Previdência	14.925.929.173,52		14.925.929.173,52
Transferências Obrigatórias de Outros Entes	248.092.802,41		248.092.802,41
Transferências Voluntárias de Outros Entes	324.122.699,15		324.122.699,15
Fundos Estaduais	13.195.612.694,51		13.195.612.694,51
Operações de Crédito	430.467.775,17		430.467.775,17
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	-		-
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	-		-
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	-		-
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	-		-
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	-		-
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	60.866.756.430,54	(8.350.270.644,59)	52.516.485.785,95
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	3.781.929.992,47		3.781.929.992,47
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	537.171.557,89		537.171.557,89
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	50.576.326.495,82	(8.831.112.886,99)	41.745.213.608,83
Outros Pagamentos Extraorçamentários	5.971.328.384,36	480.842.242,40	6.452.170.626,76
Saldo do Exercício Seguinte (IX)	22.862.519.369,60	(18.111.048.466,77)	4.751.470.902,83
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.542.263.683,40	(6.671.564.262,72)	2.870.699.420,68
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	13.320.255.686,20	(11.439.484.204,05)	1.880.771.482,15
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	153.084.402.084,37	(26.461.319.111,36)	126.623.082.973,01

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO			
	2018 Apresentado	Ajustes	2018 Reapresentado
Ingressos	65.810.980.697,26	(1.100.903.756,97)	64.710.076.940,29
Receitas derivadas e originárias	56.581.856.870,79		56.581.856.870,79
Transferências correntes recebidas	8.128.220.069,50		8.128.220.069,50
Outros ingressos operacionais	1.100.903.756,97	(1.100.903.756,97)	-
Desembolsos	63.591.655.563,30	63.513.750,10	63.655.169.313,40
Pessoal e Demais Despesas	51.704.344.382,20		51.704.344.382,20
Juros e Encargos da Dívida	326.432.046,91		326.432.046,91
Transferências concedidas	11.560.879.134,19		11.560.879.134,19
Outros desembolsos operacionais	-	63.513.750,10	63.513.750,10
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	2.219.325.133,96	(1.164.417.507,07)	1.054.907.626,89
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos	877.043.961,83		877.043.961,83
Alienação de bens	851.974.509,58		851.974.509,58
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	25.069.452,25		25.069.452,25
Outros ingressos de investimentos	-		-
Desembolsos	1.308.684.346,52		1.308.684.346,52
Aquisição de ativo não circulante	1.110.648.408,11		1.110.648.408,11
Concessão de empréstimos e financiamentos	15.835.869,92		15.835.869,92
Outros desembolsos de investimentos	182.200.068,49		182.200.068,49
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	(431.640.384,69)		(431.640.384,69)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos	476.846.093,14		476.846.093,14
Operações de crédito	270.199.089,27		270.199.089,27
Integralização do capital social de empresas dependentes	-		-
Transferências de capital recebidas	206.647.003,87		206.647.003,87
Outros ingressos de financiamentos	-		-
Desembolsos	449.010.276,30		449.010.276,30
Amortização/Refinanciamento da dívida	449.010.276,30		449.010.276,30
Outros desembolsos de financiamentos	-		-
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (III)	27.835.816,84		27.835.816,84
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	1.815.520.566,11	(1.164.417.507,07)	651.103.059,04
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	7.726.743.117,29	(5.507.146.755,65)	2.219.596.361,64
Caixa e Equivalentes de caixa final	9.542.263.683,40	(6.671.564.262,72)	2.870.699.420,68

3. Base de Mensuração dos Principais Elementos Patrimoniais

3.1. Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando houver saldo em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

As aplicações no SIAC são registradas por seus valores originais.

3.2. Créditos e Obrigações

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento da dívida ativa são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são passivos constituídos com base em estimativas das prováveis saídas de recursos.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

3.3. Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Pelo método do custo médio ponderado, o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período, e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período. A média pode ser determinada por meio de uma base periódica ou à medida que cada entrega adicional seja recebida, o que depende das circunstâncias da entidade.

3.4. Investimentos Permanentes

As participações em empresas em que o Estado tenha influência significativa são mensuradas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Pelo MEP, o investimento é registrado inicialmente a custo e seu valor contábil é ajustado conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua, em contrapartida à conta de resultado.

As demais participações são mensuradas ou avaliadas pelo custo de aquisição.

3.5. Imobilizado

Os itens de ativo imobilizado são reconhecidos com base no valor de aquisição, produção ou construção deduzidos de sua respectiva depreciação.

Os itens obtidos a título gratuito são registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, sendo considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

3.6. Precatórios

Os precatórios são registrados pelo valor atualizado até a data do Balanço Patrimonial, com base em informações recebidas do Tribunal de Justiça/RS, do Tribunal Regional do Trabalho e do Tribunal Regional Federal. Os precatórios inscritos no exercício são registrados pelo valor original e a atualização é lançada separadamente considerando o saldo acumulado dos precatórios.

3.7. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP

A Portaria STN nº 548/2015 aprovou, na forma de anexo, o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, cujas regras aplicáveis encontram-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. O Estado do Rio Grande do Sul está adequando os Procedimentos Contábeis com observância dos prazos, conforme tabela a seguir:

	PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Estágio atual de Implantação no Estado do Rio Grande do Sul
1	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Implantado
2	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Implantado
3	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	01/01/2016	Implantado
4	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	01/01/2017	Implantado
5	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	01/01/2017	Implantado
6	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	01/01/2019	Implantado
7	Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	01/01/2019	Implantado
8	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	01/01/2019	Implantado
9	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	01/01/2019	Implantado
10	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	01/01/2019	Implantado
11	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	01/01/2020	Em implantação / Parcialmente Atendido
12	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	01/01/2020	Parcialmente atendido
13	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2020	Implantado
14	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	01/01/2021	Parcialmente atendido
15	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2022	Planejamento GTCON RS
16	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	01/01/2022	Planejamento GTCON RS

Legenda:

Implantado: O procedimento encontra-se implementado e alinhado, na essência, às regras estabelecidas nas NBC TSP e no MCASP vigentes.

Em Implantação: Os normativos e/ou os guias de lançamentos contábeis foram expedidos e estão alinhados às regras estabelecidas nas NBC TSP e no MCASP. Os procedimentos foram iniciados em 01/01/2020.

Parcialmente Atendido: Os procedimentos contábeis atualmente adotados estão consideravelmente aproximados do estabelecido nas NBC TSP e no MCASP. Ajustes necessários serão realizados dentro do prazo estabelecido na Portaria.

Planejamento GTCON RS: Os procedimentos contábeis foram incluídos no planejamento do Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado do Rio Grande do Sul - GTCON/RS, instituído pela Portaria SEFAZ/RS nº 45, de 10 de abril de 2019. Estudos serão iniciados no exercício de 2020.

Balanço Orçamentário

4. O Balanço Orçamentário Consolidado apresentou, no exercício de 2019, um déficit de R\$ 3.432.479.494,83, resultado de uma receita total de R\$ 70.429.155.608,05 frente a um total de despesas empenhadas de R\$ 73.861.635.102,88.
5. No Balanço Orçamentário estão registradas receitas e despesas intraorçamentárias de acordo com suas naturezas. Tais registros se referem, quase em sua totalidade, à contribuição patronal ao Fundo de Assistência à Saúde, à contribuição patronal ao RPPS - Regime de Repartição Simples e à contribuição patronal ao RPPS - FUNDOPREV, bem como à cobertura do déficit ao RPPS. Essas despesas têm como contrapartida as Receitas Intraorçamentárias, registradas no Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE PREV.

	2019	2018
Pessoal e Encargos Sociais	15.584.248.603,83	13.192.533.876,12
RPPS - Cobertura de Deficit	11.187.150.776,11	9.952.689.727,45
RPPS - Contribuição Patronal	3.385.334.922,47	2.432.351.911,57
Fundoprev - Cobertura de Deficit Atuarial	27.917.759,14	1.456.427,80
Fundoprev - Contribuição Patronal	265.255.489,37	229.744.421,66
Fundo de Assistência à Saúde (FAS)	697.496.485,35	565.535.761,25
Outros	21.093.171,39	10.755.626,39
Outras Despesas Correntes	26.966.226,53	18.879.375,28
	15.611.214.830,36	13.211.413.251,40

6. Por força do disposto nas Portarias Interministerial STN/SOF nº 163-2001 e STN nº 339-2001, as transferências financeiras previstas e realizadas entre a Administração Direta do Estado e as suas Autarquias e Fundações, que não decorram da aquisição de bens e serviços ou do pagamento de impostos, taxas e contribuições, não constituem receitas e despesas orçamentárias e, assim sendo, não integram o Balanço Orçamentário. Em 2019, tais operações atingiram os montantes discriminados no quadro a seguir, considerando-se, na despesa, os valores orçados e realizados nas Autarquias e Fundações à conta dos recursos do Tesouro do Estado.

Despesa em Autarquias e Fundações - Recursos do Tesouro		
Despesa	Orçada	1.925.472.714,95
	Autorizada	2.027.997.980,80
	Empenhada	1.842.926.839,25
	Liquidada	1.795.503.885,50
	Paga	1.630.936.369,20

Ressalta-se que apenas as transferências financeiras entre a administração direta e suas entidades não são demonstradas no Balanço Orçamentário, estando as despesas, previstas e realizadas, originalmente ocorridas em cada entidade e na administração direta, normalmente registradas de acordo com suas naturezas.

7. No Balanço Orçamentário, as receitas oriundas da anulação de restos a pagar estão computadas no item Outras Receitas Correntes e totalizaram R\$ 339.857.854,93, no exercício.

Desconsiderando tais receitas, em que não há ingresso financeiro, o déficit orçamentário seria de R\$ 3.772.337.349,76.

8. Em cumprimento às disposições da Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000, e do Parecer Coletivo 1, de 21-11-2003, do Tribunal de Contas do Estado, foram expedidos o Decreto nº 54.883, de 27-11-2019, e a Instrução Normativa CAGE 07/19, de 13-12-2019, com base nos quais foram efetuados os seguintes procedimentos:

- a) anulação das despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados, no valor de R\$ 75.501.502,32, cujos empenhos foram emitidos entre 1º-1-2015 e 31-12-2018; e,
- b) estorno de empenhos não liquidados emitidos em 2019, no valor de R\$ 48.892.323,49, excedentes ao saldo positivo de disponibilidade de caixa.

Ainda, em consonância com o Decreto Federal nº20.910, de 6-1-1932, ao longo de 2019, ocorreram prescrições de empenhos inscritos em Restos a Pagar referentes a exercícios anteriores ao de 2015, no valor de R\$ 13.294.740,95.

9. A Receita é demonstrada no Balanço Orçamentário já deduzida dos valores enviados, pelo Estado, ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. Em 2019, esses valores totalizaram R\$ 6.275.053.677,07. A distribuição, aos Estados, dos recursos arrecadados por esse fundo é realizada com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com dados do último censo escolar, sendo computados os alunos matriculados no âmbito de atuação prioritária dos Estados, ou seja, ensino fundamental e médio. Tais ingressos somaram, em 2019, o montante de R\$ 4.411.123.814,98 e estão demonstrados nas Transferências Multigovernamentais (Transferências Correntes), no Balanço Orçamentário.

10. O grupo de Outras Despesas Correntes, no Balanço Orçamentário, registra, dentre outros, os valores decorrentes das transferências, a outras esferas de governo, de receitas tributárias, de contribuições e de outras receitas vinculadas, previstas na Constituição Federal ou em leis específicas, cuja competência de arrecadação é do Estado. Em 2019, foram empenhados R\$ 10.543.109.259,52 relativos a essas transferências, que representam 48,25% do referido grupo.

Balanço Patrimonial

11. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2019	2018
Caixa	17.446,91	64.533,89
Bancos	1.849.082.586,71	1.417.206.767,22
Rede Bancária - Arrecadação	177.601.450,89	335.205.497,56
Saldo SIAC	39.547.321,83	308.441.364,11
APF de Liquidez Imediata	960.917.698,46	809.781.257,90
	3.027.166.504,80	2.870.699.420,68

11.1. **Caixa** – Registra o somatório de numerários em espécie e outros valores em tesouraria.

11.2. Bancos – Compreende o somatório das disponibilidades existentes em outras contas bancárias, que não sejam a Conta Única.

11.3. Rede Bancária – Arrecadação – Demonstra os valores da Receita Estadual em fase de arrecadação.

11.4. Saldo SIAC – O SIAC representa a centralização das disponibilidades financeiras dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta, atendendo ao princípio da unidade de caixa (caixa único). O sistema é administrado pela Secretaria da Fazenda e executado pelo Banrisul. O saldo SIAC representa as aplicações líquidas dos valores resgatados pela administração direta.

11.5. Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Compreende as aplicações financeiras de alta liquidez em moeda nacional, que são prontamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

12. Créditos a Curto Prazo

	2019	2018
Créditos Tributários a Receber	7.668.964.750,65	8.150.126.474,41
Dívida Ativa	1.741.769.952,82	2.145.428.393,13
Tributária	1.700.000.000,00	2.942.356.187,08
Não Tributária	41.769.952,82	65.449.257,50
Pagamentos Extraorçamentários	3.451.449.401,38	3.385.644.676,87
Devedores	141.977.010,96	230.747.908,22
Responsáveis	1.713.712.613,51	1.697.311.853,23
Sequestros Judiciais a Regularizar	1.595.759.776,91	1.457.584.915,42
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	935.482.049,96	940.292.132,02
Outros Créditos a Curto Prazo	903.587.554,40	1.849.361.992,65
	14.701.253.709,21	16.470.853.669,08

12.1. Créditos Tributários a Receber – Demonstra os créditos tributários constituídos por meio de autos de lançamento, incluindo a obrigação tributária principal e seus respectivos acréscimos que totalizaram R\$ 7.789.610.640,41. O valor apresentado no quadro já está descontado do Ajuste para Perdas Estimadas com créditos de auto de lançamento no valor de R\$120.645.889,76, conforme calculado pela Receita Estadual.

12.2. Dívida Ativa – Saldo composto por créditos tributários e não tributários em favor do Estado, não recebidos no prazo e inscritos após a apuração de certeza e de liquidez. Esse montante representa a expectativa de recebimento para os 12 meses seguintes à data do Balanço. Os créditos cujos recebimentos são esperados para períodos posteriores estão registrados no Ativo Não Circulante, devidamente deduzidos do respectivo ajuste para perdas, conforme nota explicativa 16.

12.3. Pagamentos Extraorçamentários – Demonstra os pagamentos não relacionados a empenhos/liquidações, conforme características descritas a seguir:

12.3.1. Devedores: Demonstra os débitos de pessoas físicas ou jurídicas, realizáveis independentemente de autorização orçamentaria. Registra, em sua maior parte, os pagamentos de Precatórios efetuados pelo Tribunal de Justiça e pelo Tribunal Regional do Trabalho que ainda não foram regularizados pelo IPE PREV e Secretaria da Fazenda, em virtude da falta de identificação dos valores por credor, dificultando, desta forma, a conciliação desta conta.

A seguir, evidencia-se os valores registrados na conta devedores:

DEVEDORES	2019	2018
Precatórios - Tribunal de Justiça	504.133,47	100.425.198,43
Precatórios - Tribunal Regional do Trabalho	41.974.090,28	30.016.274,21
Precatórios do IPERGS - Tribunal de Justiça	30.557.497,79	30.506.379,94
FUNDOPREV	4.113.750,81	11.323.015,39
CEEE	15.748.514,25	15.748.514,25
Outros Pagamentos por Devedores	49.079.024,36	42.728.526,00
Total	141.977.010,96	230.747.908,22

12.3.2. Responsáveis: Demonstra as responsabilidades financeiras impostas a servidores pelo descumprimento das normas vigentes. Registrava, até 31-12-2014, os sequestros judiciais referentes às Requisições de Pequeno Valor (RPV) não pagas no prazo legal e as ações judiciais relacionadas à saúde. A partir de 1º-1-2015, os sequestros passaram a ser registrados na conta “Sequestros Judiciais a Regularizar”.

12.3.3. Sequestros Judiciais a Regularizar: A partir de 1º-1-2015, essa conta passou a registrar todos os sequestros judiciais da administração direta, sejam aqueles relacionados ao não pagamento de RPV no prazo legal ou aqueles relacionados a ações judiciais da saúde. Nesse caso, existem duas situações, a saber: 1) Há a informação completa sobre o sequestro, caso em que foi efetuado empenho/liquidação, porém ainda falta a conciliação contábil 2) Não há a informação completa sobre o sequestro, caso em que a saída de numerário não foi reconhecida orçamentariamente.

A seguir, evidencia-se a movimentação das contas de Responsáveis e de Sequestros Judiciais a Regularizar:

Saldo de 31-12-2018 - Responsáveis	1.697.311.853,23
Saldo de 31-12-2018 - Sequestros Judiciais a Regularizar	1.457.584.915,42
Saldo Total de 31-12-2018	3.154.896.768,65
Sequestros judiciais de 2019	433.468.694,65
Pagamentos por Responsáveis de 2019 - Não regularizados	123.954.707,81
(-) Regularizações de Sequestros Judiciais de 2019	(295.293.833,16)
(-) Outras regularizações de 2019	(107.554.082,63)
Saldo Total de 31-12-2019	3.309.472.255,32
Saldo de 31-12-2019 - Responsáveis	1.713.712.478,41
Saldo de 31-12-2019 - Sequestros Judiciais a Regularizar	1.595.759.776,91

Salienta-se que, além da regularização de R\$ 295.293.833,16 de sequestros judiciais (Regularização = Empenho/Liquidação + Conciliação Contábil), há mais R\$ 653.669.996,78 de RPVs empenhadas e liquidadas nos exercícios de 2019 e anteriores que continuam registradas no Passivo Circulante (Retenções para regularização), pois estão pendentes de conciliação contábil com os sequestros judiciais.

13. Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo – Os investimentos e Aplicações Financeiras a Curto Prazo pertencem em sua totalidade ao FUNDOPREV que é administrado pelo IPE PREV. O saldo das aplicações cresceu 45,46%, pois os fundos previdenciários iniciaram em 2011, portanto possuem poucos benefícios concedidos, o que gera um acúmulo de recursos para benefícios que devem ser pagos no futuro.

O FUNDOPREV é segregado entre Civil e Militar e as aplicações são assim distribuídas:

Fundo	2019	2018
FUNDOPREV Civil	2.290.784.660,19	1.609.860.702,11
FUNDOPREV Militar	441.432.651,63	268.411.984,20
TOTAL	2.732.217.311,82	1.878.272.686,31

14. Estoques – Em 2019, os estoques totalizaram o montante de R\$ 265.859.758,03 (R\$ 176.722.245,78 em 2018), correspondendo principalmente a itens de almoxarifado. Desse valor, 79% se referem à Secretaria da Saúde.

15. Imobilizado Mantido para Venda – O valor de imobilizado mantido para venda em 2019 é composto por R\$ 17.042.450,93 correspondes a Distritos Industriais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e por R\$ 15.592.638,64 da carteira habitacional anteriormente administrada pelo IPE PREV.

16. Créditos a Longo Prazo

CRÉDITOS DE LONGO PRAZO	2019	2018
Dívida Ativa Tributária	18.048.768.018,27	10.009.605.865,12
Saldo	44.071.226.978,58	41.631.725.828,38
(-) Ajuste para Perdas	(26.022.458.960,31)	(31.622.119.963,26)
Dívida Ativa Não Tributária	496.968.105,99	464.846.988,19
Saldo	729.920.693,75	667.682.372,62
(-) Ajuste para Perdas	(232.952.587,76)	(202.835.384,43)
Crédito Remanescente Extinção da Caixa Econômica Estadual	918.905.061,67	920.549.595,80
Outros	142.661.821,64	144.107.149,32
TOTAL	19.607.303.007,57	11.539.109.598,43

16.1. Dívida Ativa Tributária – Representam os créditos de natureza tributária, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento e inscritos após a apuração de certeza e de liquidez, cuja expectativa de realização é superior a 12 meses.

16.2. Dívida Ativa Não Tributária – Representam os créditos de natureza não tributária, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento e inscritos após a apuração de certeza e de liquidez, cuja expectativa de realização é superior a 12 meses.

16.3. Ajustes para Perdas (DA Tributária e DA Não Tributária) – Os créditos inscritos em Dívida Ativa, embora disponham de prerrogativas jurídicas que favoreçam sua cobrança, apresentam riscos que podem comprometer seu recebimento. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público 8ª edição, apesar de exigir que tais riscos sejam considerados no registro contábil desses ativos (ajuste para perdas), não especifica a metodologia a ser utilizada para sua mensuração. Ainda assim, o Manual atribui a responsabilidade pelo cálculo do referido ajuste aos órgãos responsáveis por sua gestão. No Estado do Rio Grande do Sul, os créditos da dívida ativa que se encontram nas fases de cobrança administrativa e judicial são administrados pela Subsecretaria da Receita Estadual e pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), respectivamente. Exceções a isso são os créditos não tributários com origem na administração indireta, que são administrados pela própria entidade, como é o caso do IPE PREV. Assim, a metodologia e o cálculo do ajuste para perdas com a dívida ativa são realizados, em cada caso, por tais Entidades. A seguir, são apresentados os critérios utilizados para o cálculo do ajuste.

Receita Estadual (Fase Administrativa)

As prováveis perdas relacionadas à cobrança administrativa da dívida ativa são calculadas pela Receita Estadual mediante aplicação dos seguintes critérios:

- i. **Créditos Devolvidos pela PGE por Impossibilidade/Inviabilidade de Cobrança:** são aqueles remetidos para cobrança judicial e que foram posteriormente devolvidos pela PGE por impossibilidade ou esgotamento de tentativas de cobrança via execução fiscal. Nesses casos, a prescrição, que estava interrompida pelo despacho do juiz que ordenou a citação, é reiniciada após a desistência das ações. Assim, os créditos devolvidos permanecem em cobrança administrativa por mais 5 (cinco) anos. O índice de recuperação desses créditos é ínfimo, tendo em vista o esgotamento das cobranças administrativas e judiciais. Desta forma, os créditos que se encontram nessa situação são considerados perdidos.
- ii. **Créditos Suspensos por Decisão Judicial:** são os créditos que se encontram em cobrança administrativa, porém questionados judicialmente, no todo ou em parte, pelo sujeito passivo. Sobrevindo decisão judicial favorável ao Estado, o crédito fica disponível para a continuidade das ações de cobrança. Caso a decisão beneficie o sujeito passivo, o crédito será total ou parcialmente excluído, conforme o que for decidido, ficando a parte não excluída disponível para cobrança. Foi realizado o levantamento das exclusões de créditos que estavam em discussão judicial nos últimos 8 (oito) exercícios, apurando-se uma média anual de 7,17%. Para fins de cálculo do ajuste para perdas, o referido percentual é aplicado sobre o saldo de créditos que se encontram suspensos por decisão judicial em 31 de dezembro de 2019.
- iii. **Créditos de Pequeno Valor – Abaixo do Valor mínimo de ajuizamento:** Uma parte dos créditos em cobrança não podem ser encaminhados à cobrança judicial, pois tem saldo inferior ao Valor Mínimo de Ajuizamento, previsto na Lei Estadual nº 9.298/91. Uma parte desses créditos não é recuperada e acaba sendo excluída por prescrição após cinco anos. Os valores excluídos da cobrança em 2019 foram somados no ajuste para perdas.

Procuradoria-Geral do Estado (Fase Judicial)

O critério de cálculo do Ajuste de Perdas para Dívida Ativa em Fase Judicial sofreu alterações para o exercício de 2019. Quando comparado com o critério utilizado em 2018, houve a inclusão de cinco novas fases de cobrança e reclassificação de viabilidade de cobrança de outras cinco fases já existentes:

Fase da Cobrança	Em 2019	Até 2018
	Viabilidade da Cobrança	Viabilidade da Cobrança
Remetido à PGE	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Recebido PGE com Bem em Garantia	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Fase não informada até 2018
Fases Processuais Diversas	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Parcelamento Judicial Cancelado	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Parcelamento Judicial Liquidado	Não se aplica pois o débito está quitado	Não se aplica pois o débito está quitado
Parcelamento Judicial Cancelado Acerto de Saldo	Não se aplica pois o débito está quitado	Não se aplica pois o débito está quitado
Parcelado Judicialmente	Sim, sempre	Sim, sempre
Parcelamento Judicial Bloqueado	Sim, sempre	Fase não informada até 2018
Contra Massa Falida	Não	Não
Contra Massa Falida Empresa Baixada	Não	Não
Cobrança Suspensa Prazo Determinado PGE	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Penhora Efetivada	Sim, sempre	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Penhora Efetivada Carta Fiança Apresentada	Sim, sempre	Sim, sempre
Penhora Efetivada - Seguro garantia	Sim, sempre	Fase não informada até 2018
Execução Embargada	Sim, sempre	Sim, até 15 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão Judicial	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Acordo Judicial	Sim, sempre	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Depósito Integral	Sim, sempre	Sim, sempre
Suspensão por Ordem Judicial	Sim, sempre	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Execução Garantida	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Penhora de Faturamento	Sim, sempre	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Adjudicação de Precatórios	Sim, sempre	Fase não informada até 2018
Liquidado Judicial	Não se aplica pois o débito está quitado	Não se aplica pois o débito está quitado
Excluído por Prescrição Judicial	Não	Fase não informada até 2018
Falência Encerrada	Não	Não
Ausência de Bens / Devedor Não Localizado	Não	Não
Motivos Diversos	Não	Não
Extinto por Desistência Requerida	Não	Não
Extinto por Prescrição Requerida	Não	Não
Desistência Execução Pequeno Valor	Não	Não
Certidão Dívida Ativa Devolvida Parcialmente Prescrita	Não	Não

Essa alteração nos critérios diminuiu substancialmente o Ajuste de Perdas, resultando num aumento do estoque viável de Dívida Ativa.

IPE Saúde

As prováveis perdas relacionadas à dívida ativa em cobrança pelo IPE Saúde, que constam no Balanço Consolidado, referem-se a créditos junto a CORSAN, considerados como perdas prováveis, enquanto não ocorrer a conclusão no processo que versa sobre a dívida.

17. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Refere-se ao repasse efetuado a título de adiantamento de contribuições previsto no artigo 32 da Lei Complementar nº 14.750, de 15 de outubro de 2015, que instituiu o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos – RPC/RS. A citada lei autorizou o Estado do Rio Grande do Sul a promover aporte no valor de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), a título de adiantamento de contribuições, necessário ao regular funcionamento inicial da entidade. Em decorrência disso, foi assinado Termo de Compromisso entre o Estado do Rio Grande do Sul (Patrocinador) e a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul – RS-PREV, o qual estabeleceu o aporte de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) com a obrigação de compensação futura tão logo o aporte em questão deixe de ser necessário ao regular funcionamento da Fundação. Esse aporte foi efetuado no exercício de 2016, em 5 parcelas de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), e registrado como pagamento por devedores (ativo circulante). Em 2018 foi assinado o primeiro aditivo ao Termo de Compromisso que estabeleceu o aporte complementar no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), também a título de adiantamento de contribuições, em 20 (vinte) parcelas mensais e iguais de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) cada uma, sendo a primeira no mês de agosto de 2018 e as seguintes nos meses consecutivos. Tanto o valor do adiantamento, quanto o valor da correção monetária, incidente na forma da cláusula 3.1 do termo de compromisso, foram reclassificados para o Ativo

Não Circulante, Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente. A seguir detalha-se o valor evidenciado no balanço:

Adiantamentos de Contribuições ao RSPREV	19.888.156,75
Repasse Financeiros efetuados em 2016	10.000.000,00
Correção Monetária de 2016	99.611,38
Correção Monetária de 2017	297.670,89
Repasse Financeiros efetuados em 2018	2.000.000,00
Correção Monetária de 2018	391.746,05
Valor empenhado e liquidado em 2018, pago em 2019	500.000,00
Repasse Financeiros efetuados em 2019	2.500.000,00
Correção Monetária de 2019	599.128,43
Valor empenhado, liquidado e não pago em 2019	3.500.000,00

18. Investimentos

Os investimentos do Estado estão assim distribuídos:

Investimento	2019	2018
Participações Permanentes em Empresas	9.577.119.703,80	9.478.961.270,32
Investimentos em Fundos	2.547.093.528,20	2.855.822.281,85
Total de Investimentos	12.124.213.232,00	12.334.783.552,17

Fundos: São constituídos para financiamento de determinados setores econômicos. A seguir, demonstra-se o resumo desses investimentos:

Fundo	2019	2018
Fundo Operação Empresa - FUNDOPEM	1.177.895.345,37	1.544.545.187,90
Fundo de Fomento Automotivo do Estado do Rio Grande do Sul - FOMENTAR	1.024.600.471,82	758.503.128,14
Fundo de Apoio Financ. e de Recup. dos Hosp. Priv., Sem Fins Lucr. e Hosp. Públic. - FUNAFIR	14.627.191,09	235.089.298,39
Fundo Rotativo de Crédito Educativo - PROCRED	133.159.657,28	123.206.600,62
Outros Fundos	196.810.862,64	194.478.066,80
Total de Investimentos em Fundos	2.547.093.528,20	2.855.822.281,85

Participações em Empresas: As participações em empresas sobre as quais o Estado tem influência significativa são registradas pelo método da equivalência patrimonial (MEP), conforme Instrução Normativa CAGE 03-2015. O resultado da equivalência patrimonial de 2019 foi apurado levando em consideração Balanço ou Balancete emitido em 30-9-2019 ou em data posterior, sendo a diferença registrada em Variação Patrimonial Aumentativa ou em Variação Patrimonial Diminutiva, conforme o caso. Outras participações em empresas sobre as quais o Estado não exerce influência significativa, são registradas pelo custo. A seguir, demonstra-se o resumo das participações:

Empresas	% do Capital Social pertencente ao Estado	2019	2018
Empresas Controladas		7.370.637.370,30	7.404.965.905,83
BADESUL	99,99%	707.981.292,02	711.858.807,00
BANRISUL	49,94%	3.824.001.378,86	3.616.370.534,15
CADIP	99,99%	221.448.852,90	221.608.074,57
CEASA	94,24%	16.110.326,58	15.919.415,61
CEEE	99,99%	2.169,79	209.598.208,09
CESA ¹	99,93%	-	-
CORAG ²	99,99%	-	26.968.134,83
CORSAN	99,99%	2.066.611.188,42	2.058.706.115,15
CRM	99,99%	312.273.112,48	293.536.294,91
EGR	100,00%	94.514.243,02	99.029.893,14
PROCERGS	99,58%	20.273.658,87	57.090.007,75
SULGÁS	51,00%	107.421.147,36	94.280.420,63
Empresas Controladas em Conjunto		1.803.203.534,87	1.713.050.153,18
BRDE ³	33,33%	1.803.203.534,87	1.713.050.153,18
Adiantamento para futuro aumento de capital		395.387.639,68	353.151.997,12
CESA		279.984.970,36	252.208.003,47
CORSAN		115.402.669,32	62.943.993,65
CRM		0,00	38.000.000,00
Empresas Diversas		7.891.158,95	7.793.214,19
Total de Investimentos em Empresas		9.577.119.703,80	9.478.961.270,32

Nota¹: Patrimônio Líquido da CESA é negativo, por isso o valor contábil do investimento é de ZERO.

Nota²: A Corag foi extinta em 2019, conforme autorização da Lei nº 14.979, de 16 de janeiro de 2017.

Nota³: Participação calculada em 100% da Agência de Porto Alegre/RS, conforme estatuto.

19. Imobilizado

O Imobilizado é contabilizado de acordo com a Instrução Normativa CAGE 06-2018, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 atendendo ao prazo estipulado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para lançamentos contábeis referentes ao Imobilizado e Intangível, conforme Portaria STN 548, de 24 de setembro de 2015. Salienta-se que o Sistema de Administração do Patrimônio do Estado (APE) está implantado na Assembleia Legislativa, na Defensoria Pública, no Tribunal de Contas do Estado e em todos os Órgãos do Poder Executivo da Administração Direta e Entidades da Administração Indireta que compõem o Orçamento Fiscal e de Seguridade Social do Estado, o que, em decorrência de sua integração com a contabilidade, viabiliza o atendimento das NBCASP. O Poder Judiciário e o Ministério Público, apesar de não utilizarem o APE, têm o seu imobilizado e intangível registrados de acordo com a IN CAGE 06-2018. A seguir, demonstra-se o resumo do Ativo Imobilizado do Estado:

Títulos	2019	2018
Bens Móveis	3.529.355.274,54	3.351.254.715,66
Veículos	942.314.295,74	872.816.148,96
Bens de Informática	1.019.094.861,66	963.982.282,45
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	768.541.570,16	725.973.434,27
Móveis e Utensílios	578.252.993,70	552.281.291,61
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	148.690.119,95	147.081.563,72
Demais Bens Móveis	85.046.273,11	89.119.994,65
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(12.584.839,78)	-
Bens Imóveis	6.732.937.142,76	6.120.417.248,88
Total Imobilizado	10.262.292.417,30	9.471.671.964,54

Também conforme a IN 06-2018, a Depreciação de Bens Móveis contabilizada refere-se aos bens que passaram a compor o Imobilizado do Estado a partir de 1º de janeiro de 2019. A IN prevê a utilização do método das cotas constantes, com as seguintes taxas de depreciação e valores residuais:

Grupo	Vida Útil Estimada	Taxa de Depreciação Anual	Valor Residual
Bens Imóveis	-	0%	100%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10	10%	10%
Bens de Informática	5	20%	10%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%	10%
Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10%	10%
Mobiliário em Geral	10	10%	10%
Utensílios em Geral	10	10%	10%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	10	10%	10%
Veículos	15	6,67%	10%
Armamentos	20	5%	15%
Semoventes	10	10%	10%
Demais Bens Móveis	10	10%	10%

20. Intangível

Assim como relatado na nota explicativa 19 sobre o Ativo Imobilizado, o Ativo Intangível também é objeto da IN 06-2018 e de registros contábeis por meio do Sistema de Administração do Patrimônio do Estado (APE). A seguir, demonstra-se o resumo do Ativo Intangível do Estado:

Títulos	2019	2018
Softwares	46.894.582,44	15.580.436,81
Outros Ativos Intangíveis	10.420,00	10.420,00
(-) Amortização Acumulada	(29.313,24)	-
Total Intangível	46.875.689,20	15.590.856,81

Também conforme a IN 06-2018, a Amortização de Bens do Ativo Intangível contabilizada refere-se aos bens que passaram a compor o patrimônio do Estado a partir de 1º de janeiro de 2019. A IN prevê a utilização do método das cotas constantes, calculadas a partir do prazo estimado de vida útil, informado no momento da aquisição/produção. Na ausência de prazo estimado, o bem não é amortizado.

21. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

Títulos	2019	2018
Passivo Circulante		
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	3.663.599.824,11	3.766.342.523,81
Salário, Remunerações e Benefícios a Pagar	2.182.169.928,98	2.006.160.176,27
Provisão para Férias	791.335.929,45	701.133.318,31
Precatórios de Pessoal a Pagar	23.773.667,50	13.477.358,58
RPV a Pagar	72.235.726,03	134.177.689,40
Benefícios Previdenciários a Pagar	439.070.328,72	393.882.415,48
Encargos Sociais a Pagar	155.014.243,43	517.511.565,77
Passivo Não Circulante		
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	10.059.520.440,56	9.390.643.123,18
Precatórios de Pessoal a Pagar	5.787.933.219,93	5.356.712.649,50
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	3.886.377.810,10	3.616.820.554,38
INSS Parcelado a Pagar	385.209.410,53	417.109.919,30
Total	13.723.120.264,67	13.156.985.646,99

21.1. Salário, Remunerações e Benefícios a Pagar: O saldo em 31-12-2019 refere-se principalmente às parcelas não quitadas dos vencimentos de dezembro de 2019 e do 13º salário do mesmo exercício.

21.2. Provisão para Férias: Refere-se às férias vencidas e não prescritas, bem como àquelas que estão em aquisição (período aquisitivo findo em 2020). Os valores foram calculados com base em aplicativo (*Qlik Sense*) que utiliza a base de dados do sistema de Recursos Humanos do Estado – RHE, considerando o salário atual acrescido de 1/3.

21.3. Precatórios: O saldo devedor de precatórios está subdividido em diversas contas, conforme explicado na nota explicativa 22.

21.4. Benefícios Previdenciários: O saldo em 31-12-2019 refere-se principalmente às parcelas não quitadas de pensões de dezembro de 2019 e do 13º salário do mesmo exercício.

22. Precatórios

O saldo devedor representa a totalidade de precatórios devidos, conforme informado pelos tribunais (Tribunal de Justiça, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Regional Federal).

Demonstram-se a seguir os valores devidos em 31-12-2019:

Precatórios	2019	2018
Passivo Circulante	23.773.667,50	13.477.358,58
Precatórios Empenhados, Liquidados a Pagar	23.773.667,50	13.477.358,58
Passivo Não Circulante	11.603.399.745,81	10.582.184.953,59
Precatórios de Pessoal a Pagar	5.787.933.219,93	5.356.712.649,50
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	3.886.377.810,10	3.616.820.554,38
Precatórios de Fornecedores a Pagar	1.929.088.715,78	1.608.651.749,71
Passivo Não Circulante - Provisões de Longo Prazo	4.013.184.850,75	4.700.559.040,46
Precatórios de Pessoal a Pagar	1.313.926.266,27	1.363.750.366,98
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	2.572.661.100,90	3.336.796.905,59
Precatórios de Fornecedores a Pagar	126.597.483,58	11.767,89
Total	15.640.358.264,06	15.296.221.352,63

22.1. Precatórios a pagar – Passivo Circulante: Refere-se a precatórios empenhados, liquidados, a pagar (passivo financeiro).

22.2. Precatórios a pagar - Passivo Não Circulante: Refere-se ao valor original dos precatórios que foram inscritos e ainda não foram empenhados.

22.3. Provisão de Precatórios a Pagar: Refere-se ao registro das atualizações (correção monetária e juros) dos precatórios inscritos e não pagos.

22.4. Saldo por Entidade:

Precatórios	2019	2018
Estado - Administração Direta	7.346.266.700,55	6.698.829.977,87
IPERGS	6.542.010.960,05	6.964.409.065,93
DETRAN	612.654.658,66	558.366.952,66
DAER	486.198.334,09	429.409.557,03
FASE	209.576.402,38	190.598.507,68
Demais entidades	443.651.208,33	454.607.291,46
Total	15.640.358.264,06	15.296.221.352,63

23. Fornecedores e Contas a Pagar

Abaixo são apresentados os saldos de fornecedores e contas a pagar, por tipo, discriminando as parcelas de curto prazo (circulante) e de longo prazo (não circulante):

	Circulante		Não Circulante	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores Nacionais	1.229.362.320,78	894.747.318,22	-	-
Demais Contas	894.273.191,96	2.013.057.645,34	1.929.088.715,78	1.608.651.749,71
Obrig. Pend. de Exec. Orç.	632.509.546,40	1.830.804.887,23	-	-
Precatórios	-	-	1.929.088.715,78	1.608.651.749,71
Sentenças Judiciais	251.497.809,10	168.109.644,59	-	-
Outros	10.265.836,46	14.143.113,52	-	-
TOTAL	2.123.635.512,74	2.907.804.963,56	1.929.088.715,78	1.608.651.749,71

23.1. Fornecedores Nacionais: São as obrigações com fornecedores de bens e serviços que estão empenhadas e liquidadas (restos a pagar processados).

23.2. Obrigações Pendentes de Execução Orçamentária: Se referem às despesas incorridas, não pagas e não empenhadas. A maior parte da redução refere-se ao desconhecimento de dívida do DAER com o IPE SAÚDE, que foi registrada como passivo contingente, em razão de incertezas relacionadas a liquidez.

23.3. Precatórios: Conforme nota explicativa 22.2.

23.4. Sentenças Judiciais: Se referem às despesas judiciais não inseridas em precatórios ou em Requisições de Pequeno Valor – RPVs, que é o caso das despesas relacionadas às ações judiciais da área da Saúde (aquisição de medicamentos e tratamentos médicos e hospitalares).

24. Empréstimos e Financiamentos

Abaixo são apresentados os saldos de empréstimos e de financiamentos, por credor, discriminando as parcelas de curto prazo (circulante) e de longo prazo (não circulante):

	Circulante		Não Circulante	
	2019	2018	2019	2018
Dívida Interna	9.699.898.699,19	7.387.024.912,04	58.688.229.503,05	57.186.829.500,35
BB	-	-	683.687.440,88	681.589.104,42
BNDES	151.417.880,88	193.494.393,18	584.449.589,12	591.155.053,13
Governo Federal	9.548.043.675,71	7.193.029.714,46	57.419.096.860,56	55.892.545.575,38
CEF	437.142,60	500.804,40	995.612,49	1.369.093,29
Outros	-	-	-	20.170.674,13
Dívida Externa	377.212.116,63	433.581.858,42	8.247.304.051,30	8.035.000.412,16
BIRD	255.526.228,59	297.989.111,70	6.446.631.584,02	6.255.210.099,10
BID	121.685.888,04	135.592.746,72	1.800.672.467,28	1.779.790.313,06
TOTAL	10.077.110.815,82	7.820.606.770,46	66.935.533.554,35	65.221.829.912,51

O aumento no saldo de curto prazo se deve à suspensão dos pagamentos junto ao Governo Federal, amparada por liminar obtida em julho de 2017 que antecipou os efeitos do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), negociado atualmente pelo Estado. Esses valores estão devidamente registrados orçamentariamente.

25. Obrigações Fiscais

As Obrigações Fiscais de curto e de longo prazo (R\$ 64.460.646,43 e 163.418.001,85), respectivamente) se referem, quase em sua totalidade, a débitos de PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

26. Provisões a Curto Prazo

As Provisões a Curto Prazo demonstradas no Balanço Patrimonial Consolidado de 2019 se referem, quase em sua totalidade, a provisões de repartição de créditos tributários com municípios. Esses valores foram calculados a partir dos ativos de natureza tributária, evidenciados nas notas explicativas 12 e 16.

	2019
Provisão Repartição Tributária	6.786.604.071,75
ICMS	6.668.970.251,20
IPVA	117.553.808,48
Outros Tributos	80.012,07
Outras Provisões	1.721.411,57
Total	6.788.325.483,32

27. Demais Obrigações a Curto Prazo

	2019	2018
Passivo SIAC	12.310.141.890,26	12.265.702.203,72
Depósitos Judiciais	10.595.685.442,94	10.691.134.106,26
Depósitos de Estatais, Fundos Especiais e Outros	1.714.456.447,32	1.574.568.097,46
Consignações e Retenções	1.542.190.561,86	1.582.283.557,41
Parcerias, Convênios e Subvenções - Restos a Pagar	431.438.918,24	354.768.130,22
Outras Obrigações de Curto Prazo	1.244.883.354,99	1.015.049.927,91
Total	15.528.654.725,35	15.217.803.819,26

27.1 Passivo SIAC: Representa o Passivo da Administração Direta com as entidades da Administração Indireta, em decorrência das aplicações realizadas por elas no Caixa Único do Estado. O passivo relacionado ao SIAC também é composto pelos valores devidos pela utilização dos depósitos judiciais ao longo dos anos. Tais valores são exigíveis à medida que as causas as quais eles se destinam sejam decididas.

27.2 Consignações: Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações, geralmente retidos em folha de pagamento de empregados ou servidores ou nos pagamentos referentes a compras de bens e serviços.

27.3 Parcerias, Convênios e Subvenções – Restos a Pagar: São as obrigações empenhadas e liquidadas relacionadas aos contratos e instrumentos congêneres relacionados a parcerias, convênios e subvenções.

28. Provisões a Longo Prazo

Provisões a Longo Prazo	2019	2018
Provisão de Precatórios a Pagar	4.013.184.850,75	4.700.559.040,46
Provisão Atuarial do RPPS	2.476.779.263,45	3.133.921.689,60
Plano Previdenciário	2.362.500.272,85	3.049.004.808,98
Plano Financeiro	114.278.990,60	84.916.880,62
Provisão de Remuneração do SIAC a Pagar	11.764.292,23	883.769.061,38
Provisão para Indenizações Trabalhistas	1.704.108.584,31	858.647.374,02
Provisão para Riscos Fiscais	-	326.700.000,00
Provisão para Riscos Cíveis	58.766.723,89	107.238.000,00
Provisão de Pensões Integrais a Pagar	117.874.899,66	118.728.022,61
Outras Provisões de Longo Prazo	4.927.780.079,43	8.070.213,20
Total	13.310.258.693,72	10.137.633.401,27

28.1. Provisão de Precatórios a Pagar: Refere-se ao registro das atualizações (correção monetária e juros) dos precatórios inscritos e não pagos, conforme explicado na nota explicativa 22.

28.2. Provisão Atuarial do RPPS – Plano Previdenciário: representa o déficit atuarial, reconhecido no IPE Prev, previsto para o regime previdenciário de capitalização dos servidores do Rio Grande do Sul (FUNDOPREV). O valor é apurado por meio de avaliação atuarial e representa insuficiência de recursos para a cobertura dos compromissos dos benefícios previdenciários concedidos e a conceder. São consideradas na avaliação as contribuições que o Estado e os servidores e pensionistas realizam ao Fundo, os valores que o FUNDOPREV deve receber de compensação previdenciária de benefícios concedidos a servidores que contribuam para outros entes, bem como os valores previstos de aposentadorias/pensões/outros benefícios concedidos e a conceder, conforme segue:

PLANO PREVIDENCIÁRIO	FUNDOPREV Civil	FUNDOPREV Militar	TOTAL
Provisão de Benefícios Concedidos	33.831.998,52	11.487.933,04	45.319.931,56
Aposentadorias/Pensões/Benefícios Concedidos	35.619.892,42	11.487.933,04	47.107.825,46
Contribuições do Estado	(893.946,95)	-	(893.946,95)
Contribuições de Aposentados	(281.423,40)	-	(281.423,40)
Contribuições de Pensionistas	(612.523,55)	-	(612.523,55)
Compensação Previdenciária	-	-	-
Provisão de Benefícios a Conceder	1.853.930.588,96	463.249.752,33	2.317.180.341,29
Aposentadorias/Pensões/Benefícios a Conceder	8.612.745.068,39	3.148.341.184,50	11.761.086.252,89
Contribuições do Estado	(3.053.009.628,42)	(1.378.873.830,06)	(4.431.883.458,48)
Contribuições dos Servidores	(2.817.408.213,43)	(1.266.564.141,73)	(4.083.972.355,16)
Compensação Previdenciária	(888.396.637,58)	(39.653.460,38)	(928.050.097,96)
Total da Provisão	1.887.762.587,48	474.737.685,37	2.362.500.272,85

28.3. Provisão Atuarial do RPPS – Plano Financeiro: representa o déficit atuarial, reconhecido no IPE Prev, previsto para o regime previdenciário financeiro dos servidores do Rio Grande do Sul. A provisão atuarial dos benefícios a conceder é zerada porque o déficit é suportado pela Administração Direta. Já quanto a provisão para os benefícios concedidos, embora o déficit também seja suportado pela Administração Direta, uma parte é suportada pelos Ativos do IPE Prev.

PLANO FINANCEIRO	CIVIL	MILITAR	TOTAL
Provisão de Benefícios Concedidos	114.278.990,60	-	114.278.990,60
Aposentadorias/Pensões/Benefícios Concedidos	203.920.979.765,47	116.867.286.766,79	320.788.266.532,26
Contribuições do Estado	(17.910.504.425,22)	(15.800.975.328,70)	(33.711.479.753,92)
Contribuição do Aposentado	(6.658.385.931,81)	(6.149.603.406,61)	(12.807.989.338,42)
Contribuições de Pensionistas	(2.296.866.280,80)	(1.750.884.257,74)	(4.047.750.538,54)
Compensação Previdenciária	103.431.590,48	-	103.431.590,48
Cobertura de Insuficiência Financeira	(177.044.375.727,52)	(93.165.823.773,74)	(270.210.199.501,26)
Provisão de Benefícios a Conceder	-	-	-
Aposentadorias/Pensões/Benefícios a Conceder	122.461.336.663,08	42.612.882.503,95	165.074.219.167,03
Contribuições do Estado	(30.250.462.343,28)	(9.727.615.341,55)	(39.978.077.684,83)
Contribuição do Ativo	(7.765.485.780,60)	(2.838.580.903,83)	(10.604.066.684,43)
Compensação Previdenciária	(11.437.079.363,60)	(172.495.709,78)	(11.609.575.073,38)
Cobertura de Insuficiência Financeira	(73.008.309.175,60)	(29.874.190.548,79)	(102.882.499.724,39)
Total da Provisão	114.278.990,60	-	114.278.990,60

28.4. Provisão de Remuneração do SIAC a Pagar: Demonstra a remuneração calculada e pendente de pagamento referente ao SIAC.

28.5. Provisão para Indenizações Trabalhistas: São os passivos contingentes de alta probabilidade de ocorrência, relacionados a demandas trabalhistas (estatutárias, previdenciárias e CLT). O registro contábil no passivo ocorre por força do art. 4º da Instrução Normativa CAGE nº 08, de 28 de dezembro de 2017. A fonte de informação de maior representatividade é o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, elaborado pelo Tesouro do Estado, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153, de 24 de janeiro de 2014, que contempla os riscos fiscais levantados pela Procuradoria Geral do Estado, referentes às ações judiciais em que a Administração Pública Estadual faz parte.

Provisão para Indenizações Trabalhistas	2019
Responsabilidade Subsidiária pela contratação de serviços terceirizados	349.900.000,00
Férias Indenizadas	336.615.000,00
Reajustes do vale-refeição	189.403.800,00
Horas extras, horas dobradas, horas intervalares, Adicional Noturno e compensação	156.865.057,54
Vantagens Temporais (Triênios e ATS) e Incorporação da Parcela SUDS	125.484.220,95
Ações envolvendo o pessoal do Quadro Especial em Extinção	102.998.072,27
Habilitação de Marido e compenheiro junto ao IPE Prev na condição de pensionista	83.983.520,00
Promoção de Classe do Magistério ano 2000	79.613.300,00
Abono Família - servidores em contrato emergencial	65.510.783,10
Reflexo do Abono Família e do Auxílio Transporte na Gratificação Natalina	60.000.000,00
Contribuição Previdenciária Suplementar de 2%	50.197.547,00
Reflexo das horas extras na Gratificação Natalina	40.779.000,00
Outras Provisões para Indenizações Trabalhistas	62.758.283,45
Total	1.704.108.584,31

- **Responsabilidade Subsidiária dos Entes Públicos pela Contratação de Serviços Terceirizados** - A Administração Pública ao contratar a prestação de serviços continuados ou não que envolvam fornecimento de mão de obra responde de forma subsidiária pelo descumprimento das obrigações trabalhistas assumidas pelas empresas contratadas.

- **Férias indenizadas** - Servidores, ao se aposentarem, estão ajuizando demandas pretendendo indenização por períodos de férias não gozados, com base no art. 74 da LC nº 10.098/94. A tese defensiva do Estado é no sentido de que o art. 74, pelo princípio da legalidade, não pode ser aplicado nos casos de aposentadoria, mas somente nos casos de exoneração.
- **Reajustes do Vale-Refeição** – Demandas judiciais relativas ao cumprimento da Lei Estadual nº 10.002 de 6-12-1993 que estabelecia a revisão mensal dos valores de vale-refeição. A partir de 1º de abril de 2010 a Lei nº 13.429/2010 estabeleceu a revisão anual do vale-refeição e, com isso, houve acordo em cerca de 20 mil processos judiciais. No valor provisionado está incluído o valor estimado do percentual de processos judiciais sobre os quais existe perspectiva de acordo
- **Horas extras, horas dobradas, horas intervalares, adicional noturno e compensação de jornada (Fundações)** – Refere-se a inúmeras demandas individuais contra as Fundações Estaduais postulando diferenças salariais em razão do pagamento incorreto de horas extras diurnas, horas extras noturnas, horas intervalares diurnas e noturnas, adicional noturno, contagem de hora noturna e jornada prorrogada, horas dobradas e jornadas irregularmente compensadas. As fundações que apresentam maior volume dessas demandas são a FASE e a FPERGS;
- **Vantagens Temporais (Triênios e ATS) e Incorporação da Parcela SUDS** - Atualmente estão tramitando 62 ações do tipo “GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS. GRATIFICAÇÃO SUDS. SUS” onde contesta-se o congelamento de gratificações dos servidores do extinto Departamento do Meio Ambiente - DMA, vinculado à ex-Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente do Estado – SSMA. Com a publicação da Lei Estadual nº 9.077/90 que criou a FEPAM, fundação que assumiu as atribuições do DMA, os avanços trienais (5% a cada 3 anos) foram congelados e os funcionários passaram a perceber quinquênios (5% a cada 5 anos). Quanto à incorporação da parcela “Complementação SUDS” e/ou “Convênio SUDS”, decorre de convênio firmado entre a SSMA e o Ministério da Previdência e Assistência Social, com o objetivo de constituir no Estado o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS/RS). O referido sistema estabeleceu a isonomia salarial baseada no maior valor entre os servidores da então SSMA e do INAMPS, porém, a parcela permaneceu inalterada por diversos períodos.
- **Ações envolvendo o pessoal do Quadro Especial em Extinção (Antiga Caixa Econômica Estadual - CEE)** – Refere-se a diversas ações tratando de demandas dos empregados da extinta CEE. Na reclamação trabalhista nº 0018900-20.1995.5.04.0018 a 1ª Turma do TRT4 declarou a existência de um único contrato de trabalho entre as sucedidas Sul Brasileiro Crédito Imobiliário S/A, Habitasul Crédito Imobiliário S/A e Finhab Crédito Imobiliário S/A, empresas liquidadas extrajudicialmente, e a Caixa Econômica Estadual, atribuindo a esta a condição de sucessora para todos os efeitos trabalhistas. A reclamação trabalhista nº 0034900-75.2007.5.04.0018 foi ajuizada pelo SINDICAIXA postulando a correção mensal do bônus refeição recebido pelos empregados da extinta CEE, conforme a variação da cesta básica medida pelo IEPE/UFRGS. Existem ainda reclamações trabalhistas alegando que o Estado não teria observado o prazo previsto no art. 145 CLT para o pagamento das férias. Algumas ações

judiciais tratam do adimplemento de promoções na carreira devidas aos empregados da extinta CEE. Outras ações tratam do reajuste salarial oriundo na diferença de 18,12% entre os reajustes previstos nos incisos I, II, III, IV e V da Lei Estadual nº 10.395/95 e aqueles concedidos a partir da incidência das Leis Estaduais nº 10.421/95 e 13.389/10. Existem também ações pleiteando reajuste salarial consistente na diferença entre os reajustes previstos no artigo 1º da Lei Estadual nº 11.467/00 e art. 1º da Lei Estadual nº 11.678/01.

- **Habilitação de marido e companheiro junto ao IPE PREV na condição de pensionista** - demandas judiciais nas quais os autores, na condição de marido ou companheiro de servidora pública estadual falecida, postulam o reconhecimento do direito à habilitação na condição de pensionista à Previdência Estadual.
- **Promoção de classe do Magistério ano 2000** - Trata-se da ação coletiva nº 001/1.09.0289337-1, ajuizada pelo Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS, na qual o ERGS foi condenado ao pagamento das diferenças de vencimentos decorrentes da promoção de classe do magistério, realizada no ano de 2004 mas com efeitos retroativos a contar de 15 de outubro de 2000, aos associados do Sindicato.
- **Abono Família de servidores em contrato emergencial** – Existem 2.430 processos de servidores contratados de forma emergencial, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, postulando o recebimento do Abono Família sob o argumento de que há previsão no art. 1º da Lei nº 6.526/73. A defesa do Estado centra-se no fato de que a Lei nº 6526/76 não foi recepcionada pela CF/88 e que o benefício regrado posteriormente na LC nº 10.098/94, por ter natureza previdenciária, não se aplicaria a servidores vinculados ao RGPS, que deveriam postular o recebimento de salário família junto ao INSS.
- **Reflexos do Abono Família e do Auxílio Transporte na Gratificação Natalina** - Servidores públicos vêm postulando o reflexo do Auxílio Transporte e do Abono Família sobre a Gratificação Natalina, com base na interpretação do art. 104 da Lei Complementar nº 10.098/94, bem como no conceito de remuneração dos artigos 79 e 85 do referido estatuto.
- **Contribuição Previdenciária Suplementar de 2%** - Trata-se de execução de Ação Coletiva nº 001/1.08.0095814-8, ajuizada pelo CPERS, em que o IPE PREV foi condenado a restituir os valores de contribuição previdenciária suplementar instituídos pela Lei Complementar nº 10.588/95 incidentes sobre aposentadorias e pensões dos associados do sindicato, demanda essa já transitada em julgado.
- **Reflexo das horas extras na Gratificação Natalina** - Atualmente tramitam cerca de 9.670 ações ordinárias e recursos de servidores, especialmente os ligados à área da segurança pública, com pedido de pagamento de diferenças a título de Gratificação Natalina sob o fundamento de que as horas extraordinárias realizadas nos meses de dezembro devem compor a base de cálculo da referida vantagem.

28.6. Provisão para Riscos Cíveis: São os passivos contingentes de alta probabilidade de ocorrência, relacionados a demandas cíveis. O registro contábil no passivo ocorre por força do art. 4º da Instrução Normativa CAGE nº 08, de 28 de dezembro de 2017. A fonte de informação

de maior representatividade é o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, elaborado pelo Tesouro do Estado, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153, de 24 de janeiro de 2014, que contempla os riscos fiscais levantados pela Procuradoria Geral do Estado, referentes às ações judiciais em que a Administração Pública Estadual faz parte.

Provisão para Riscos Cíveis	2019	2018
Ação Indenizatória de Danos Emergentes e Lucros Cessantes	29.054.093,71	-
Ação Indenizatória por Perdimento de Grãos	26.221.054,70	-
Outras Provisões para Riscos Cíveis	3.491.575,48	-
Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)	-	92.238.000,00
Ações Indenizatórias por superlotação e/ou condições degradantes dos presídios	-	15.000.000,00
Total	58.766.723,89	107.238.000,00

- **Ação Indenizatória de Danos Emergentes e Lucros Cessantes** – Trata-se de execução provisória proposta pelo CLUBE DE INVESTIMENTO DOS EMPREGADOS DA CRT contra o Estado na qual é a pleiteada a indenização por danos emergentes e lucros cessantes decorrentes da edição do Decreto Estadual nº 39.250/1999.
- **Ação Indenizatória por Perdimento de Grãos** - Trata-se de execução de sentença que tramita perante a 1ª Vara Federal de Porto Alegre, proposta pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB contra o Instituto Riograndense do Arroz - IRGA, com base em título executivo de ação de depósito relativo ao perdimento de mais de 8.000.000 kg de arroz.
- **Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)** – Essa provisão foi reclassificada para média probabilidade de ocorrência sendo os valores transferidos para contas de controle de Passivos Contingentes.
- **Ações Indenizatórias por superlotação e/ou condições degradantes dos presídios** - Essa provisão foi reclassificada para média probabilidade de ocorrência sendo os valores transferidos para contas de controle de Passivos Contingentes.

28.7. Provisão de Pensões Integrais a Pagar - São dívidas reconhecidas e pendentes de pagamento a pensionistas. Referem-se a diferenças de integralidade e da Lei Brito (Lei nº 10.395/95), perfazendo um valor total de R\$ 117.874.899,66.

28.8. Outras Provisões

Outras Provisões	2019	2018
Tema 810 STF: Inconstitucionalidade da TR nas RPVs	2.172.348.661,69	-
Tema 1037 STF (juros entre expedição de precatório/RPV e pagamento)	1.548.000.000,00	-
Tema 96 STF (juros entre data do cálculo e a expedição de precatório/RPV)	972.000.000,00	-
Outras Provisões	235.431.417,74	8.070.213,20
Total	4.927.780.079,43	8.070.213,20

- **Tema 810 STF** – Inconstitucionalidade da aplicação da TR como índice de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública. Tramita no âmbito do Supremo Tribunal Federal o

Recurso Extraordinário nº 870.947, no qual foi reconhecida a repercussão geral, no qual se controverte acerca da "Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previsto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, com a redação dada pela Lei nº 11.960/2009".

- **Tema 1037 STF** - Trata-se do RE nº 1169289, com repercussão geral reconhecida, no qual se discute a "incidência dos juros da mora no período compreendido entre a expedição do precatório ou requisição de pequeno valor e o efetivo pagamento", abrangendo, inclusive, o chamado período de graça (prazo legal de que dispõe a Fazenda Pública para realizar os pagamentos). O período de graça atualmente não compõe o cálculo realizado por ocasião do pagamento, tendo em vista o teor da Súmula Vinculante nº 17 do STF (Durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 da Constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos).
- **Tema 96 STF** - Tramitou no âmbito do Supremo Tribunal Federal o Recurso Extraordinário nº 579.431, no qual foi reconhecida a repercussão geral, acerca "das questões que envolvem os juros de mora no período compreendido entre a data do cálculo de liquidação e a data da expedição da requisição de pequeno valor ou do precatório". O referido Tema já foi objeto de deliberação pelo Plenário da Corte, em 30-6-2017, o qual decidiu que incidem juros moratórios no período compreendido entre a data da realização do cálculo e a da expedição da RPV ou do precatório.

29. Resultado Diferido

Representa a arrecadação efetuada de forma antecipada, ou seja, antes de ocorrido o fato gerador, conforme detalhamento abaixo:

Resultado Diferido	2019	2018
IPVA antecipado	886.920.649,03	819.572.406,04
(-) Custo Diferido: Repartição com os Municípios	(443.460.324,52)	(409.786.203,02)
Total	443.460.324,51	409.786.203,02

30. Resultados Acumulados

A variação dos Resultados acumulados decorre do Resultado Patrimonial do Exercício, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (nota explicativa 34) e dos Ajustes de Exercícios Anteriores (nota explicativa 31):

Resultados acumulados	
Saldo de 31/12/2018	(62.129.914.762,85)
Resultado Patrimonial do Exercício	(7.393.483.864,87)
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.255.716.484,32
Saldo de 31/12/2019	(68.267.682.143,40)

31. Ajustes de Exercícios Anteriores: Refere-se aos valores reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, pois são decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil ou da

retificação de erro imputável a exercícios anteriores e que não puderam ser atribuídos a fatos subsequentes. Os Ajustes de Exercícios Anteriores estão resumidos no quadro a seguir:

Ajustes de Exercícios Anteriores	2019
Débito	(1.777.189.634,77)
Despesas de Exercícios Anteriores - Orçamentárias	(1.502.020.902,19)
Despesas de Exercícios Anteriores - Pendentes de Execução Orçamentária	(108.455.622,80)
Desreconhecimento de Ativos inscritos em exercício anteriores	(50.255.897,76)
Ajustes de Erros de Exercícios Anteriores - Financeiros	(85.750.070,42)
Ajustes Efetuados diretamente na Consolidação	(30.707.141,60)
 Crédito	 3.032.906.119,09
Desreconhecimento de Passivos inscritos em exercícios anteriores	1.359.204.167,37
Reconhecimento de Ativos de exercícios anteriores	43.887.252,64
Ajustes de Erros de Exercícios Anteriores - Financeiros	6.485,07
Ajustes Efetuados diretamente na Consolidação	1.629.808.214,01
IMPACTO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.255.716.484,32

31.1. Despesas de Exercícios Anteriores – Orçamentárias: Referem-se às despesas orçamentárias executadas com o elemento 92 (Despesas de Exercícios Anteriores) e que teriam como contrapartida uma Variação Patrimonial Diminutiva – VPD caso fossem despesa do exercício.

31.2. Despesas de Exercícios Anteriores – Pendentes de Execução Orçamentária: São as despesas reconhecidas no exercício, porém que foram incorridas em exercícios anteriores e ainda não foram pagas e nem empenhadas.

31.3. Reconhecimento e Desreconhecimento de Ativos e Passivos: Referem-se a inscrições e baixas em bens, direitos e obrigações (exceto os de natureza financeira) que deveriam ter sido efetuadas em exercícios anteriores.

31.4. Ajustes de Exercícios Anteriores – Financeiros: São as variações que ocorreram nos ativos financeiros que não são decorrentes da execução orçamentária e que deveriam ter sido computadas em exercícios anteriores.

31.5. Ajustes efetuados diretamente na Consolidação: São os ajustes efetuados no processo de consolidação do Balanço Patrimonial do Estado do exercício de 2019 em contas contábeis de natureza intraorçamentária e que até o exercício de 2018 os seus saldos não estavam sendo excluídos. Assim, a variação do exercício, nessas contas, afetou o Resultado Patrimonial do Exercício, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP; e o saldo anterior (até 31/12/2018) foi computado à conta de ajustes de exercícios anteriores. Melhor detalhamento do processo de consolidação pode ser consultado na nota explicativa 36.

32. Registros em Contas de Controle

a) Atos e fatos que possam afetar o patrimônio do Estado. Tais valores são evidenciados, no Balanço Patrimonial, no quadro das Compensações, e está mais bem detalhado no quadro a seguir:

Atos Potenciais Ativos	4.548.099.633,48
Garantias e Contrapartidas Recebidas	1.045.001.690,64
Cauções em Títulos e Valores	1.041.278.591,98
Contratos de Seguro para Cobertura de Riscos	3.489.070,38
Outras Garantias e Contrapartidas Recebidas	234.028,28
Direitos Conveniados e Outros instrumentos Congêneres	98.241.081,20
FAPERGS - Auxílios a comprovar	72.178.134,42
Administração Direta - Auxílios a comprovar	16.598.145,92
Demais entidades - Auxílios a comprovar	9.464.800,86
Direitos Contratuais	-
Outros Atos Potenciais Ativos	3.404.856.861,64
Administração Direta - Contratos e Convênios em Execução	980.981.456,65
Demais entidades - Contratos e Convênios em Execução	53.243.695,23
DAER - Prestações de Serviços - Valores em Discussão	2.068.465.054,01
COMPENSA - Solicitações em andamento	259.927.589,71
LEI nº 12.069/2004 - Saldo não utilizado dos depósitos judiciais	42.239.066,04
Atos Potenciais Passivos	336.766.128,02
Garantias e Contrapartidas Concedidas	126.750.217,94
Avais Concedidos	126.750.217,94
Direitos Conveniados e Outros instrumentos Congêneres	-
Obrigações Contratuais	11.967.651,99
Contratos em Execução	11.967.651,99
Outros Atos Potenciais Passivos	198.048.258,09
SPH - Responsabilidade sobre valores em consignação	129.074.407,57
Recursos FUNDOPEM p/Aumento Capital BADESUL	26.734.784,48
LEI nº 12.069/2004 - Saldo não utilizado dos depósitos judiciais	42.239.066,04

Apresenta-se, a seguir, breve descrição dos atos potenciais ativos:

- **Cauções em Títulos e Valores** - Compreende o registro de avais, fianças e garantias similares recebidas. No DAER, o valor de R\$ 1.032.074.012,46 refere-se a seguros garantia contratados pelas empreiteiras responsáveis pelas obras em rodovias. Os valores contratados reverterão ao DAER, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da empreiteira contratada. Por força da Instrução Normativa DAER DG nº 002-17, o valor da garantia deve corresponder a 5% do valor atualizado do contrato;
- **Contratos de Seguro para Cobertura de Riscos** - Compreende os seguros contratados pela administração (imóveis, veículos, obras, etc);
- **Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres** – Compreende os auxílios concedidos pelo Estado a Pessoas Físicas ou Jurídicas que estão sujeitos a comprovação. Enquanto o credor do auxílio não prestar contas o valor fica registrado como ato potencial ativo. A maior parte (R\$ 72.178.134,42) refere-se a apoio financeiro concedido pela FAPERGS a pesquisadores;
- **Contratos e Convênios em Execução** – Compreende os contratos e convênios em que o Estado é o contratante/concedente e o contratado/conveniente tem a obrigação de prestar contas dos valores recebidos;

- **DAER - Prestações de Serviços** – Valores em Discussão – Compreende os prováveis, mas não totalmente certos, ingressos de recursos relacionados a prestações de serviços. O valor de R\$ 2.068.465.054,71 refere-se a obras executadas pelo DAER por delegação do Governo Federal – DNIT;
- **COMPENSA, Solicitações em andamento** – Compreende as solicitações em andamento do programa COMPENSA/RS, que constitui na compensação de precatórios com dívida ativa. O Decreto Estadual nº 53.974/2018 instituiu o programa, em regulamentação a Lei nº 15.038-2017. Podem ser compensados os créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa até 25 de março de 2015, com qualquer precatório vencido do Estado do Rio Grande do Sul, suas Autarquias ou Fundações. Os valores compensados são baixados do Ativo de Dívida Ativa e do Passivo de Precatórios, por meio da execução orçamentária, ou seja, os precatórios são executados orçamentariamente; e a Dívida Ativa é registrada como Receita Orçamentária, de acordo com a natureza do valor compensado. As solicitações em andamento ficam registradas nas contas de Atos Potenciais Ativos, com a seguinte divisão:

COMPENSA/RS - Compensações em Andamento	259.927.589,71
Solicitações não homologadas	145.190.172,31
Compensações homologadas, em processo de compensação	14.227.256,46
Compensações efetuadas, pendentes de execução orçamentária	100.510.160,94

- **Lei nº 12.069/2004, Saldo não utilizado dos depósitos judiciais** – Demonstra o montante de recursos disponíveis e não utilizados pelo Estado. Há duas contas que registram este saldo, uma nos atos potenciais ativos (pelo potencial ingresso de caixa) e outra nos atos potenciais passivos (pelo potencial acréscimo de passivo). O Estado pode utilizar até 95% dos depósitos judiciais, conforme parágrafo 1º, art. 1º, da lei 12.069-2004. O valor representa o saldo disponível, ou seja, o que o estado ainda poderia utilizar para completar os 95%. Todavia, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Estadual nº 15.135-2018, a partir da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, previsto na Lei Complementar Federal nº 159-2017, o Estado estará impedido de realizar novos saques de depósitos judiciais enquanto não houver a recomposição do saldo mínimo do fundo de reserva, conforme disposto na Lei Complementar Federal nº 151-2015. Ademais, também foi aprovada a metodologia de recomposição do saldo dos depósitos judiciais utilizados, por meio da lei nº15.232-2018.

Apresenta-se, a seguir, breve descrição dos atos potenciais passivos:

- **Avais Concedidos** – Representam potenciais passivos assumidos pelo Estado ao conceder Avais a Terceiros. A maior parte do valor (R\$ 126.750.216,09) corresponde a Avais concedidos pelo Estado a CEEE e a CORSAN, em contratos de empréstimo;
- **SPH - Responsabilidade sobre valores em consignação** – Compreende o valor recebido em consignação e não repassado. A totalidade do saldo refere-se a dívidas da SPH para com o IPE PREV, referente a períodos compreendidos entre janeiro de 1991 e dezembro de 2008;
- **Recursos FUNDOPEM para aumento de Capital do BADESUL** – Representa a parcela de 30% dos retornos de financiamento destinada ao aumento de capital do BADESUL, conforme art. 15 da Lei Estadual nº 11.916, de 2-6-2003, alterado pela Lei Estadual nº 14.744, de 24-12-2015.

b) Passivos contingentes – são riscos fiscais de média probabilidade de ocorrência (não provável, mas possível). O registro contábil em contas de controle ocorreu por força do art. 5º da

Instrução Normativa CAGE nº 08, de 28 de dezembro de 2017. Os passivos contingentes totalizaram no exercício R\$ 52.624.352.733,83 (R\$ 35.155.536.835,60 em 2018). O acréscimo decorreu principalmente do reconhecimento dos possíveis impactos: 1) da inconstitucionalidade da TR nos estoques de precatórios e RPVs; 2) da indenização sobre o pagamento em atraso de proventos dos servidores; 3) das ações judiciais individuais para fornecimento de medicamentos, inclusive de alto custo, próteses e órteses e 4) das ações civis públicas promovidas pelo Ministério Público Estadual pela aplicação de recursos na área da saúde. O Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153, de 24 de janeiro de 2014, contém a maior parte dos passivos contingentes e contempla os riscos fiscais levantados pela Procuradoria-Geral do Estado, referentes às ações judiciais em que a Administração Pública Estadual faz parte. A seguir, demonstra-se a composição do saldo de 2019, em comparação a 2018.

Objeto dos Passivos Contingentes	2019	2018
Implantação Piso Nacional do Magistério	33.300.800.000,00	28.600.000.000,00
Inconstitucionalidade TR - estoque de precatórios e RPVs	5.791.822.500,00	-
Brasil Telecom	5.000.000.000,00	5.000.000.000,00
Processos Individuais na Área de Saúde	2.097.566.591,38	-
Ações Cíveis Públicas - Investimentos na área da saúde	1.915.613.482,00	-
Indenização pelo Parcelamento de Salários	1.050.000.000,00	-
Contribuições IPE PREV e IPE SAÚDE do DAER	986.799.225,51	-
Domínio Público	942.699.686,45	-
PASEP	358.382.185,10	361.426.370,08
Juros entre Expedição e Pagamento Precatórios/RPVs	270.750.000,00	-
Pagamentos atrasados URV no âmbito do TCE/RS	235.000.000,00	-
Ação Civil Pública Área da Segurança Pública	186.285.000,00	-
Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)	102.441.488,71	-
FGTS de Servidores Temporários	51.841.500,00	383.472.714,09
Ações Indenizatórias por superlotação dos presídios	15.000.000,00	-
Indenização por Vícios Construtivos	-	300.000.000,00
Outros	319.351.074,68	510.637.751,43
Total	52.624.352.733,83	35.155.536.835,60

Apresenta-se, a seguir, breve descrição dos passivos contingentes de média probabilidade de ocorrência que possuem estimativa confiável:

- **Implantação do Piso Nacional do Magistério** – A Procuradoria-Geral do Estado vem atuando na defesa do Estado em milhares de demandas individuais e na Ação Coletiva nº 011.1.11.0246307-9, ajuizada pelo Ministério Público, postulando a implantação do piso salarial nacional do magistério, previsto no artigo 2º da Lei Federal nº 11.738-2008, além do pagamento de diferenças pretéritas;
- **Inconstitucionalidade da TR como índice de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública sobre o estoque de precatórios** – O tema 810 do STF controverte acerca da validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previsto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, com redação

dada pela Lei nº 11.960/2009. As Fazendas estaduais estão atuando conjuntamente na tentativa de alterar o quadro atual do julgamento, no qual já há maioria firmada pela manutenção da eficácia retroativa da inconstitucionalidade da TR, a contar da entrada em vigor da Lei nº 11.960/09.

- **Brasil Telecom** – A Brasil Telecom/Oi ajuizou demanda, processo nº 1.06.0215436-0, na qual postula a condenação do Estado do Rio Grande do Sul a ressarcir-lhe os valores despendidos nos milhares de ações judiciais propostas pelos usuários dos serviços de telefonia fixa discutindo o valor das ações referentes às linhas telefônicas da extinta CRT;
- **Processos Individuais na Área da Saúde** – Existem cerca de 115.292 processos na área de saúde demandando fornecimento de medicamentos, próteses, órteses e demais prestações na área de saúde. Existem ainda 135 demandas relativas a medicamentos e procedimentos de alto custo e 7 processos com pedido do medicamento Spinraza (Nusinersen), sem comercialização no Brasil, custando no exterior o montante de US\$ 125.000,00 por dose, perfazendo um total de US\$ 750.000,00 em um ano de tratamento por pessoa, sendo que não há prazo para a duração do tratamento.
- **Ações Cíveis Públicas (Investimentos na Saúde)** – O Ministério Público Estadual ajuíza, para cada exercício, desde o ano 2003, ações cíveis públicas contra o Estado do Rio Grande do Sul com o intuito de compeli-lo a depositar os recursos próprios destinados às ações e serviços de saúde pública executados pela Secretaria da Saúde, no percentual de 12%, conforme previsão constitucional;
- **Indenização pelo Parcelamento de Salários** - Existem cerca de 45.895 ações judiciais e recursos, propostas por servidores públicos estaduais, insurgindo-se contra o parcelamento dos vencimentos/proventos e gratificações natalinas. Tais ações postulam o cumprimento da norma prevista no art. 35 da Constituição Estadual, com o pagamento da remuneração/proventos até o último dia útil de cada mês, bem como o pagamento do décimo terceiro salário até 20 de dezembro, cumulado ou não com a pretensão de indenização por danos materiais e/ou morais.
- **Contribuições IPE PREV e IPE SAÚDE do DAER** - Refere-se à cobrança das contribuições ao IPE PREV, período de 1992-2017, no valor de R\$ 922.041.045,60 e ao IPE SAÚDE, período de 2004-2019, R\$ 64.758.179,91. Encontra-se em análise a possível prescrição parcial e revisão da atualização monetária dos valores.
- **Domínio Público** - A Procuradoria-Geral do Estado atua em cerca de 19.691 processos na área de domínio público no interior do Estado. Desses processos, 19.135 tem média geral de valor da causa de R\$ 40.089,87. Os demais 278 processos apresentam alta repercussão (demanda individual superior a R\$ 1.000.000,00).
- **PASEP** - Em 14-6-2002, com base na Medida Provisória nº 38, de 14-5-2002, e na Instrução Normativa SRF 160, de 27-5-2002, o Estado teve deferido o Termo de Opção pelo Regime Especial de Parcelamento relativo aos débitos com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, no período de 30-6-1999 a 30-4-2002, no valor de R\$ 160.975.757,22, os quais estão sendo amortizados de acordo com o inciso II, art. 19, da Lei Federal nº 10.637, de 30-12-2002. O montante atualizado em 31-12-2019 era de R\$

358.382.185,10 e encontra-se registrado como Passivo Contingente até a solução judicial do pleito de restituição de valores pagos a maior, iniciado com a Ação Cautelar 2005.71.00.036910-1 que tramita no Supremo Tribunal Federal, cuja liminar foi concedida parcialmente para discussão do mérito em demanda própria, obstando a exigibilidade de parcelas compensadas, aquelas negadas pela Receita Federal em processo administrativo fiscal 11080.003229/2003-21.

- **Juros entre Expedição e Pagamento de Precatórios/RPV** - Trata-se do RE nº 1169289, com repercussão geral reconhecida, no qual se discute a incidência dos juros da mora no período compreendido entre a expedição do precatório ou requisição de pequeno valor e o efetivo pagamento, abrangendo, inclusive, o chamado período de graça (prazo legal de que dispõe a Fazenda Pública para realizar os pagamentos). O período de graça atualmente não compõe o cálculo realizado por ocasião do pagamento, tendo em vista o teor da Súmula Vinculante nº 17 do STF: “Durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 da Constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos”.
- **Pagamentos de atrasados de Unidade Real de Valor (URV) no âmbito do Tribunal de Contas do Estado** - Ação popular sob n. 6068926-85.2018.8.21.0001 tendo por objeto a declaração de nulidade de decisão do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul - TCE, exarada em julgamento do recurso administrativo de nº 008580-02.00/15-1 e que acolheu a pretensão da Associação dos Funcionários Aposentados do TCE (AFATCE), de recebimento de diferenças de URV referentes ao período de 1º-7-1994 a 30-11-1999 que causaria lesão ao patrimônio público de R\$ 235 milhões de reais.
- **Ação Civil Pública Área da Segurança Pública** – Ação promovida pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, processo nº 001/1.12.0181785-5. Por meio desta demanda foi postulado petição de cumprimento de sentença para a geração e o implemento de 3.387 vagas prisionais para recolhimento dos presos no regime fechado.
- **Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)** – Existem várias ações propostas pelos consórcios que assumiram as estradas estaduais e federais delegadas no Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, mediante a cobrança de pedágio. As ações discutem a não-concessão de reajustes para o ano de 2012, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos ou o termo final do prazo de concessão;
- **FGTS de Servidores Temporários** – Refere-se a centenas de ações judiciais propostas por servidores contratados emergencialmente, principalmente por integrantes do magistério e servidores de escola, que alegam nulidade das renovações sucessivas dos contratos e postulam o depósito/pagamento de FGTS. Contudo, o decaimento, que repercute na condenação ao depósito do FGTS, atinge apenas os contratos declarados nulos pelo Poder Judiciário.
- **Ações Indenizatórias por superlotação dos presídios** - Refere-se ao contingenciamento para possíveis ações interpostas contra o Estado tendo em vista o julgamento do Tema 365 pelo STF “Considerando que é dever do Estado, imposto pelo sistema normativo, manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico, é de sua responsabilidade, nos termos do art. 37, § 6º da Constituição, a obrigação de

ressarcir os danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento”.

- **Indenização por Vícios Construtivos** – Esse passivo contingente foi baixado das contas de controle, em razão da remota probabilidade de ocorrência. Trata-se de ação na qual o Estado, como sucessor legal da antiga Companhia Estadual de Habitação - COHAB, fora condenado a reparar os vícios das construções da extinta COHAB. Foi proferida sentença de extinção da execução do crédito principal em face do reconhecimento da prescrição, com ordem de processamento da execução da verba honorária.

c) **Outros controles necessários para a gestão administrativa.** Demonstra-se, a seguir, alguns valores relevantes registrados:

Outros Controles	
Montante dos Depósitos Judiciais - Lei Estadual nº 11.667/2001	10.689.553.883,62
Participações Societárias em empresas controladas - capital subscrito	5.953.230.706,93

- **Montante dos Depósitos Judiciais, Lei Estadual nº 11.667-2001** – Registra o montante dos depósitos judiciais, em dinheiro, referidos na Lei nº 11.667-2001, sujeito ao limite de 95% a ser disponibilizado para o Estado, conforme parágrafo 1º, art. 1º da Lei nº 12.069-2004.

Total dos Depósitos Judiciais, conforme Lei Estadual nº 11.667/2001	10.689.553.883,62
Percentual limite de utilização pelo Estado, conforme Lei Estadual nº 12.069/2004	95%
Limite de utilização pelo Estado	10.155.076.189,44
Valor Utilizado pelo Estado	10.112.837.123,40
Percentual utilizado pelo Estado	94,60%

A diferença entre o valor utilizado pelo Estado e o Limite máximo de utilização (R\$ 42.239.066,04) está registrada nas contas de atos potenciais ativos e passivos, conforme tabela do item “a”.

Cabe destacar que o Banrisul, que gerencia os depósitos judiciais, apartou desta conta os depósitos judiciais que o Estado é parte, para fins de alinhamento com a Lei Complementar nº 151-2015 que determina o limite de 70% para estes depósitos. Assim, além dos R\$ 10.112.837.123,40 utilizados pelo Estado, por força da Lei nº 12.069-2004, também foram utilizados R\$ 482.848.319,54 de um total de R\$ 881.917.196,99 de depósitos judiciais que o Estado é parte, conforme orientação do Ofício 242/2015 SECPRES-TJRS. A seguir, apresenta-se o resumo da utilização dos depósitos judiciais pelo Estado:

Tipo de Depósito	Saldo total	Valor utilizado	Percentual
Depósitos Judiciais - Lei Estadual nº 12.069/04	10.689.553.883,62	10.112.837.123,40	94,60%
Depósitos Judiciais - Ofício 242/2015 SECPRES-TJRS	881.917.196,99	482.848.319,54	54,75%
Total	11.571.471.080,61	10.595.685.442,94	91,57%

- **Participações Societárias em empresas controladas, capital subscrito** – Demonstra o valor do capital subscrito nas empresas controladas pelo Estado. O valor do investimento é calculado pelo Método de Equivalência Patrimonial e reconhecido no Ativo Não Circulante.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

33. A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta a movimentação das disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) dentro do exercício, em três grupos, que expressam as entradas e saídas relacionando-as com as atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A soma dos resultados líquidos de cada um desses grupos totaliza a variação no caixa do período, que deve coincidir com a diferença entre os saldos respectivos das disponibilidades, constantes no Balanço Patrimonial, entre o início e o fim do período. O resultado positivo do Fluxo de Caixa decorre principalmente das atividades operacionais, que registraram ingressos de Receitas derivadas e originais superiores aos desembolsos com pessoal, juros e encargos da dívida e demais despesas correntes, exceto transferências. Outro fator que impactou positivamente no fluxo de caixa das atividades operacionais foram os ingressos extraorçamentários, depositados no SIAC, que foram utilizados para o pagamento de despesas operacionais. Por outro lado, o fluxo de caixa das atividades de financiamento impactou negativamente, diferentemente do exercício de 2018, em razão da redução dos ingressos relacionados a operações de crédito e a transferências de capital.

Demonstração das Variações Patrimoniais

34. Na Demonstração das Variações Patrimoniais as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) são reconhecidas independentemente da execução orçamentária. O Resultado Patrimonial do Exercício não considera os Ajustes de Exercícios Anteriores que foram reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, conforme nota explicativa 31.

Balanço Financeiro

35. O Balanço Financeiro evidencia as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas por fonte e destinação de recursos. Apresenta também os ingressos e dispêndios não decorrentes da execução orçamentária, conjugados com os saldos de exercício anterior relacionados aos ativos financeiros (Caixa e Equivalente de Caixa e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados) e os que se transferem para o exercício seguinte.

Consolidação

36. A consolidação dos balanços e demonstrativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações, que formam o Setor Governamental do Estado, foi realizada mediante os ajustes especificados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (Exclusões)					
ATIVO	Nota	(24.589.255.990,98)	PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	Nota	(24.589.255.990,98)
Ativo Circulante		(23.465.195.780,32)	Passivo Circulante		(22.710.382.976,80)
Caixa e Equivalente de Caixa	a	(8.211.885.238,24)	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	d	(588.345.826,56)
Créditos a Curto Prazo	b	(15.253.310.542,08)	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	e	(125.799.893,81)
			Obrigações Fiscais a Curto Prazo	f	(127.945,33)
			Demais Obrigações a Curto Prazo	g	(21.996.109.311,10)
Ativo Não Circulante		(1.124.060.210,66)	Passivo Não Circulante		(1.648.302.942,45)
Ativo Realizável a Longo Prazo	c	(1.124.060.210,66)	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	h	(148.664.859,56)
			Provisões a Longo Prazo	i	(1.499.638.082,89)
			Patrimonio Líquido		(230.570.071,73)
			Resultados Acumulados	j	(230.570.071,73)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADO (Exclusões)					
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	NOTA		VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	NOTA	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	c.5	(118.820.208,45)	Pessoal e Encargos	d.2	(34.827.110,19)
Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos	b.3; b.4; b.5; c.2; c.4; e	(627.145.645,57)	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	i.2	(63.760.959,03)
			Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	b.5	(510.366.713,24)
			Resultado Patrimonial do Período		(137.011.071,56)

- a. Do Caixa e Equivalente de Caixa, do Ativo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 8.211.652.313,54, referente aos valores resgatados do SIAC, contrapartida em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante; e R\$ 232.924,40 referente à diferença entre as aplicações do SIAC das Autarquias e Fundações e o passivo do SIAC registrado no Estado, contrapartida em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido.
- b. Dos Créditos a Curto prazo, do Ativo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 15.253.310.542,08, referente:
- b.1.** Depósitos do SIAC da Administração Direta (Fundos), Autarquias e Fundações, bem como os valores resgatados do SIAC: R\$ 13.392.797.651,98, referente aos valores concomitantemente registrados no passivo, contrapartida em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante.
- b.2.** Saldos contabilizados pelo Estado cujo devedor é o Instituto de Previdência do Estado – IPE PREV: R\$ 43.867.737,57, contrapartida em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante (R\$ 13.393.520,67) e em Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante (R\$ 30.474.216,90).

b.3. Saldos contabilizados pelo IPE PREV e pelo IPE SAÚDE cujos devedores são entidades do Estado: R\$ 1.561.942.161,52; contrapartida em Valorização e Ganhos com Ativos, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 447.694.661,96); em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante (R\$ 162.892.946,91) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 951.354.552,65).

b.4. Correção monetária sobre créditos do IPE PREV: R\$ 160.511.001,28; contrapartida em Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante (R\$ 118.190.642,66); em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ 30.474.216,90) e em Valorização e Ganhos com Ativos, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 11.846.141,72).

b.5. Bens e direitos de Autarquias e Fundações extintas: R\$ 82.975.894,89; contrapartida em Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 1.866.984,15); em Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Diminutivas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 510.366.713,24) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 591.475.623,98). Esses valores correspondem ao total de ativos inscritos nas entidades sucessoras do patrimônio das Autarquias e Fundações extintas e que também permanecem com saldos contábeis em seus setores governamentais de origem.

b.6 Precatórios transferidos para o Tesouro: R\$ 11.216.094,84; contrapartida em Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, do Passivo Circulante.

c. Do Ativo Realizável a Longo Prazo, do Ativo Não Circulante, foi excluído o montante de R\$ 1.124.060.210,66, referente:

c.1. Saldos contabilizados pela Superintendência de Portos e Hidrovias – SPH (extinta) e transferidos para a Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG cujo devedor é o Estado: R\$ 228.515.841,93; contrapartida em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido.

c.2. Saldos contabilizados pelo IPE PREV e pelo IPE SAÚDE em Dívida Ativa cujos devedores são entidades do Estado: R\$ 1.331.504.022,68; contrapartida em Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 120.959.094,11) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 1.210.544.928,57).

c.3. Saldo contabilizado pelo IPE SAÚDE em Ajustes para perdas da Dívida Ativa (conta retificadora): R\$ 1.118.652.217,11; contrapartida em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido.

c.4. Precatórios compensados com Dívida Ativa: R\$ 563.872.354,71; contrapartida em Provisões a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante (R\$ 563.763.564,23) e em Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 108.790,48).

c.5. Remuneração SIAC a Receber: R\$ 118.820.208,45; contrapartida em Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais.

- d.** De Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, do Passivo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 588,345,826,56, referente:
- d.1.** Saldos de precatórios transferidos para o tesouro, conforme nota b.6 (R\$ 11.216.094,84).
 - d.2.** Saldos contabilizados pelas entidades do Estado cujo os credores são o IPE PREV e o IPE SAÚDE: R\$ 577.129.731,72; contrapartida em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ 542.302.621,53) e em Pessoal e Encargos, de Variações Patrimoniais Diminutivas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 34.827.110,19).
- e.** De Fornecedores e Contas a Pagar no Curto Prazo, do Passivo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 125.799.893,81; contrapartida em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 170.469.866,96) e em Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 44.669.973,15). Esses valores correspondem ao total de passivos inscritos nas entidades sucessoras do patrimônio das Autarquias e Fundações extintas e que também permanecem com saldos contábeis em seus setores governamentais de origem.
- f.** De Obrigações Fiscais a Curto Prazo, do Passivo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 127.945,33; contrapartida em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido.
- g.** De Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 21.996.109.311,10, referente:
- g.1.** Passivos do Estado no SIAC e valores resgatados, em contrapartida de Caixa e Equivalente de Caixa, do Ativo Circulante (R\$ 8.211.652.313,54, nota "a") e em Créditos a Curto Prazo, do Ativo Circulante (R\$ 13.392.797.651,98; nota b.1).
 - g.2.** Passivos de consignações a favor do IPE PREV e IPE SAÚDE, em contrapartida de Créditos a Curto Prazo, do Ativo Circulante (R\$ 176.286.467,58; notas b.2 e b.3).
 - g.3.** Passivos de consignações a favor do IPE PREV e IPE SAÚDE, em contrapartida de Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ 215.372.878,00).
- h.** De Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante, foi excluído o montante de R\$ 148.664.859,56; contrapartida em Créditos a Curto Prazo, do Ativo Circulante, conforme notas b.2 e b.4.
- i.** De Provisões a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante foi excluído o montante de R\$ 1.499.638.082,89, referente:
- i.1.** Precatórios Compensados com Dívida Ativa, em contrapartida de Ativo Realizável a Longo Prazo, do Ativo Não Circulante (R\$ 563.763.564,23, nota c.4) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 108.790,48).
 - i.2.** Remuneração do SIAC a pagar, em contrapartida de Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras, de Variações Patrimoniais Diminutivas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 63.760.959,03) e de Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ 872.004.769,15).
- j.** De Resultados Acumulados (Deficit), do Passivo Líquido, foi excluído o montante de R\$ 230.570.071,73, referente:

- j.1. As exclusões de consolidação de exercícios anteriores (R\$ 1.692.660.072,58), conforme notas b.3, b.5, c.1, c.2, c.3, “e” e “i.1”.
- j.2. As exclusões de consolidação que afetaram o Resultado do Exercício (R\$ 137.011.071,56), conforme quadro de exclusões da Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidado.
- j.3. Aos ajustes de exercícios anteriores de consolidação (R\$ 1.599.101.072,41 positivos), conforme notas a, b.4, d.2, f, g.3 e i.2.
- k. As transferências intragovernamentais foram excluídas da Demonstração de Variações Patrimoniais Consolidada, Do Balanço Financeiro Consolidado e da Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidado.
- l. As exclusões de ativos e passivos financeiros evidenciadas nesta nota também impactaram o Balanço Financeiro Consolidado e a Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidada.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2019.

Eduardo Leite
Governador do Estado

Marco Aurelio Cardoso
Secretário da Fazenda

Rogério da Silva Meira
Contador e Auditor-Geral do Estado
CRCRS 16640, T-RS